

GRUPO SBF



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO SBF S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020



CONTEÚDO

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	27
Balanços patrimoniais	33
Demonstrações de resultados	34
Demonstrações de resultados abrangentes	35
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	36
Demonstrações dos fluxos de caixa	37
Demonstrações de valor adicionado	38
Notas explicativas às demonstrações financeiras	39

GRUPO SBF



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS

4T21 & 2021

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

4T21 & 2021



São Paulo, 29 de Março de 2022

O Grupo SBF S.A. (B3: SBF3), divulga seus resultados anuais e do quarto trimestre de 2021. As Informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.



Teleconferência de Resultados



30 de Março de 2022

11h00 (horário de Brasília)

10h00 (horário de NY)



Acesse em Português



Acesse em Inglês



SBFG

B3 LISTED NM

DESTAQUES



R\$ 6,4 bilhões de Receita Bruta do Grupo em 2021, crescimento de +109% vs 2020 e de +101% vs 2019



Receita Bruta de Centauro atingiu R\$3,6 bilhões no ano. Crescimento de 29% e 14% comparando com os anos de 2020 e 2019, respectivamente



R\$478 milhões em vendas no DTC de Fisia (incluindo lojas e digital) no 4T21. Representando 50% da venda total de Fisia, incremento de 28 p.p. em comparação com nossa estimativa para o 4T19



EBITDA ajustado do Grupo atingiu R\$271,0 milhões no 4T21, novo recorde em um trimestre, com margem de 16,1%



Margem Bruta de Centauro no 4T21 atingiu 49,9%, um crescimento de +1,7p.p. em comparação com 4T19



Vendas na plataforma digital da Fisia (nike.com.br) atingiram R\$243 milhões no 4T21, nível recorde no trimestre e crescimento de 21% vs 3T21



Lucro Líquido (ex-IFRS) ajustado do Grupo em 2021 foi de R\$471,9 milhões, revertendo o prejuízo de 2020 e crescendo +213% vs 2019



Encerramos o ano com 227 lojas Centauro, 231 mil m² de área de venda total e 97 lojas G5 representando 51% da área de venda.



Pela primeira vez na história da Companhia, vamos distribuir dividendos aos acionistas no valor de R\$28,6 milhões.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após uma recuperação de resultados muito relevante que apresentamos no trimestre passado, conseguimos entregar neste 4T21 resultados ainda melhores que corroboram a tendência iniciada no segundo semestre. Pela primeira vez na história da companhia, atingimos, em um trimestre, uma receita bruta acima de R\$2 bilhões e, novamente, o EBITDA também foi recorde, atingindo R\$271 milhões.

Esses resultados encerram um ano de 2021 que foi motivo de muito orgulho, tanto nos resultados financeiros alcançados em um cenário difícil, como no sucesso da transformação que iniciamos ao deixar de ser apenas Centauro e passando a nos apresentar como Grupo SBF, um ecossistema de esporte formado agora por Centauro, Fisia, NWB e Onefan.

Com a aquisição da Fisia em dezembro de 2020, 2021 é o primeiro ano em que pudemos apresentar resultados completos como Grupo SBF. Resultados que mesmo impactados pela pandemia mais forte no primeiro semestre, mostram a mudança de patamar que conseguimos atingir. Nossa receita mais que dobrou, passando de R\$3,2 bilhões em 2019 para R\$6,4 bilhões em 2021 e nosso EBITDA subiu 53,7%, passando de R\$461,5 milhões em 2019 para R\$709,2 milhões em 2021.

A Fisia iniciou o ano com dois grandes focos, o crescimento de seus canais DTC (*direct-to-consumer*) e a integração de suas operações ao Grupo. Finalizamos o ano com os times integrados e com a integração sistêmica avançada, o que já nos permitiu capturar sinergias importantes nos custos de *backoffice*. Com a conclusão futura das integrações sistêmicas, principalmente da plataforma do *e-commerce* e do SAP, esperamos acelerar a velocidade de inovação e o desenvolvimento tecnológico conjunto das duas unidades de negócio, além de destravar outras alavancas de criação de valor para o negócio.

Antes de assumirmos as operações da Fisia, o share dos canais DTC era de 30% das vendas, 10% no canal digital e 20% nas lojas. Nossa estratégia para Fisia, que tem como ponto fundamental o crescimento dos canais DTC, vem sendo executada com sucesso e neste trimestre já alcançou 50% das vendas. O canal digital atingiu R\$720 milhões em vendas no ano, um crescimento estimado de 300% em comparação com 2019 e que já representa 22,3% da receita de Fisia. Esse é apenas o começo. O canal digital tem muito potencial para seguir com seu crescimento acelerado e ressignificamos o canal que antes era conhecido como outlet para o que chamamos de Nike Value Stores, lojas que vendem produtos descontados mas na sua maior parte oferecem produtos de coleções antigas reproduzidos para atender um consumidor que busca preços mais acessíveis. E as iniciativas de redução de despesas e melhora de margem bruta, já trouxeram 8 pontos percentuais de rentabilidade.

Durante o ano de 2021, com o conhecimento mais profundo das operações da Fisia, desenvolvemos estratégias adicionais para o crescimento do DTC, que planejamos executar ao longo dos próximos anos: **(i) Marketplace-out** - ainda em 2021, começamos a operar como *sellers* nos principais *marketplaces* de esporte online, migrando assim parte da venda feita no atacado para uma venda direta ao consumidor; **(ii) Expansão da Nike Value Store (NVS)** - com as iniciativas para aumentar a margem bruta, agora temos, um canal rentável em mãos e com apenas 21 lojas no Brasil, enxergamos uma boa oportunidade de expansão, com



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

dezenas de pontos a serem abertos nos próximos anos (no 1T22, abrimos a primeira NVS como Grupo SBF, em Santa Catarina); e **(iii) Expansão de Nike Store** - Vamos introduzir as Nike Stores no Brasil, oferecendo uma experiência completa da marca e ampliando o sortimento disponível com foco principalmente no público feminino. Pelas nossas estimativas, podemos atingir com esse modelo níveis de rentabilidade semelhantes ao canal digital, o mais rentável da Fisia. Também enxergamos uma grande oportunidade de expansão com mais dezenas de pontos a serem abertos nos próximos anos.

Com essas quatro iniciativas de crescimento DTC: digital, 3P, NVS e Nike Store, acreditamos em um potencial de crescimento e rentabilidade de Fisia ainda maior do que projetávamos quando finalizamos a aquisição.

Em Centauro, seguimos confiantes em nossa tese de crescimento com expansão das lojas G5, forte crescimento da plataforma digital, ganho de *market share* e experiência *omnichannel* superior. Após um começo de ano ainda impactado por restrições no varejo físico e com o mercado online ainda desorganizado, conseguimos encerrar 2021 com crescimento de 14% contra 2019, 29% contra 2020 e margem bruta em níveis mais altos do que em períodos pré-pandemia. Nosso movimento para recomposição de preços iniciado em 2020 aliado às estratégias de sortimento, marketing digital e distribuição nos possibilitaram entregar crescimento de receita sem abrir mão de rentabilidade em um ano desafiador.

Reaceleramos a expansão das lojas G5 que, após o término do *lockdown*, seguem entregando resultados acima da média das lojas da rede, confirmando que cada vez mais, é essencial oferecer ao cliente uma experiência diferenciada nas lojas. No ano, abrimos 17 novas lojas e reformamos 19. Encerramos o ano com 227 lojas com 231.062 m². Neste 4T21, inauguramos duas novas lojas G5 no Shopping Iguatemi JK e Faria Lima, que serão importantes para aumentar nossa atuação em uma das regiões mais relevantes do país.

A plataforma digital da Centauro atingiu R\$1 bilhão de GMV, representando 28% da venda e segue crescendo de forma saudável. Nos últimos 5 anos, apresentamos um CAGR de 31,3% nesse canal. Com os constantes investimentos em tecnologia e otimização de marketing de performance, nesse 4T novamente observamos uma margem de contribuição superior ao canal de lojas físicas, um fator importante já que projetamos que esse canal continue sendo o de maior crescimento nos próximos anos. Com a retomada das operações no varejo físico, a importância de ter estoques e operações integradas em uma plataforma *omnichannel* fica evidente: 15% das vendas da Centauro no ano foram em modalidades puramente *omnichannel*.

Além dos resultados sólidos alcançados com Fisia e da recuperação dos resultados de Centauro, 2021 também foi marcado por conquistas importantes para a construção de nosso ecossistema de esporte. Como Grupo evoluímos em projetos estruturantes essenciais para suportar o crescimento nos próximos anos, principalmente na revisão da malha logística e na criação da SBF Ventures.

Concluimos a revisão de nossa malha logística e começamos a executar a primeira parte de um plano para melhorar o nível de serviço dos canais digitais e integrar a logística de Fisia e Centauro, as primeiras iniciativas já começaram a ser realizadas em 2021 com uma melhora perceptível nos prazos de entrega aos nossos clientes de Centauro.

Demos passos concretos também com a estruturação da SBF Ventures, que dá suporte para a gestão das empresas investidas e busca por novas oportunidades na criação do ecossistema do esporte. Além da aquisição da NWB no início de 2021, que agrega ao grupo expertise de conteúdo, realizamos também o investimento na Onefan (concluído em Janeiro de 2022) - uma empresa focada na relação digital dos clubes



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

de futebol com seus torcedores. A SBF Ventures seguirá testando novas hipóteses e explorando as possibilidades que nossas unidades de negócio podem nos proporcionar para estarmos cada vez mais presentes na jornada de esporte do brasileiro.

Encerramos nosso ano de 2021 com resultados históricos que, mesmo em um ano desafiador e com a integração de um M&A, nos permitiram propor à assembleia geral um pagamento de dividendos no valor de R\$28,6 milhões, o primeiro na história da companhia. O valor é o mínimo necessário tendo em vista que nossa tese focada em crescimento demanda investimentos, apesar disso, estamos satisfeitos em ter alcançado uma rentabilidade que nos permitiu distribuir dividendos aos nossos acionistas.

Iniciamos 2022 sabendo que temos pela frente mais um ano desafiador com um cenário importante de investimentos a serem realizados, porém nosso compromisso com resultados sustentáveis continua o mesmo. Seguimos perseguindo novas avenidas de crescimento para fomentar o ecossistema do esporte e agradecemos a todos os nossos acionistas, conselheiros, colaboradores e parceiros que seguem apoiando nossa Companhia.

A Diretoria
Grupo SBF



RETIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.2020

Durante os trabalhos de revisão de auditoria, a Companhia concluiu, em conjunto com seus auditores, a necessidade de retificar algumas linhas das demonstrações financeiras de 2020.

O principal motivo que levou a essa retificação foi a alteração do prazo de depreciação das benfeitorias de loja da Centauro, que passou de 20 anos para uma média de 7 anos. Essa mudança impactou o saldo residual de investimentos em benfeitorias realizados nos últimos 20 anos da Centauro, o que culminou em um impacto no saldo do ativo imobilizado líquido em 2020 de R\$220 milhões, dos quais R\$ 9 milhões no resultado de Depreciação no próprio ano de 2020.

Outro impacto relevante que vale ser mencionado é na Demonstração de Fluxo de Caixa, onde o investimento na Fisia foi alocado para FCI, enquanto nas demonstrações passadas ele afetava apenas o FCO.

Além dos impactos mencionados acima, ocorreram outros ajustes que podem ser consultados na nota explicativa 7 das Demonstrações Financeiras de 2021. O impacto total no patrimônio da Companhia no exercício social encerrado em 2020 foi de R\$238 milhões, dos quais R\$19 milhões impactaram o Lucro Líquido do próprio ano de 2020.

Abaixo demonstramos as principais linhas impactadas da Demonstração de Resultados, Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial. Nas páginas 20, 21 e 22 desse release, os quadros completos estão reapresentados para consulta.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – PRINCIPAIS INDICADORES

Em R\$ mil	2020 (Reapresentado)	Ajustes	2020 (Originalmente apresentado)
Receita Bruta	3.050.556	-24.483	3.075.039
Receita Líquida	2.388.058	-18.805	2.406.863
Lucro Bruto	1.041.987	-8.110	1.050.097
Despesas Operacionais	-893.930	-1	-893.929
EBITDA	148.057	-8.111	156.168
Lucro Líquido	-131.925	-19.120	-112.805

FLUXO DE CAIXA - IMPACTOS NO FCO, FCI E FCF

Em R\$ mil	2020 (Reapresentado)	Ajustes	2020 (Originalmente apresentado)
Caixa líq. das atividades operacionais	218.497	727.328	-508.831
Caixa líq. das atividades de investimento	-1.172.370	-796.682	-375.688
Caixa líq. das atividades de financiamento	1.362.860	69.354	1.293.506



RETIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.2020

BALANÇO PATRIMONIAL – CONTAS IMPACTADAS

Em R\$ mil	31/12/2020 (Reapresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Originalmente apresentado)
Ativo	5.974.397	-219.463	6.193.860
Circulante	3.275.251	-13.788	3.289.039
Contas a receber	948.428	-24.483	972.911
Estoques	901.475	10.695	890.780
Não Circulante	2.699.146	-205.674	2.904.821
Ativo fiscal diferido	444.822	-9.128	453.950
Imobilizado	296.355	-220.140	516.495
Direito de uso	1.177.766	23.594	1.154.172
Passivo	5.974.397	-219.463	6.193.860
Circulante	1.846.599	-5.679	1.852.278
Obrigações tributárias	158.424	-5.679	164.103
Não Circulante	2.415.726	24.830	2.390.896
Arrendamentos a pagar	1.106.471	24.830	1.081.641
Patrimônio Líquido	1.712.072	-238.614	1.950.686
Reservas de lucro	0	-15.509	15.509
Ajustes de avaliação patrimonial	11.580	11.580	0
Prejuízos acumulados	-309.453	-234.685	-74.768

Todos os resultados de 2020 nesse release, bem como as comparações entre 2021 e 2020, já estão apresentados considerando a retificação.

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS



Para o ano de 2020, os Resultados do Grupo SBF e de FISIA incluem apenas o mês de dezembro de FISIA. Para o ano de 2019, os resultados do Grupo SBF incluem apenas Centauro.

CENTAURO Em R\$ mil	4T21	4T20	4T19	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021	2020	2019	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
Receita Bruta¹	1.307.336	1.163.327	1.065.689	12,4%	22,7%	3.651.348	2.839.863	3.193.065	28,6%	14,4%
Lojas Físicas	958.334	876.845	883.486	9,3%	8,5%	2.686.187	1.908.750	2.632.027	40,7%	2,1%
Plataforma Digital	349.002	286.482	182.203	21,8%	91,5%	965.161	931.113	561.038	3,7%	72,0%
Vendas Omnichannel	167.533	154.824	113.398	8,2%	47,7%	521.342	434.925	340.378	19,9%	53,2%
Omnichannel - <i>share</i> da venda 1P	13,3%	13,5%	10,9%	-0,2 p.p.	+2,4 p.p.	14,8%	15,7%	10,9%	-0,9 p.p.	+3,9 p.p.
Número de Lojas – Centauro	227	211	210	7,6%	8,1%	227	211	210	7,6%	8,1%
Lojas Centauro G5	97	61	43	59,0%	125,6%	97	61	43	59,0%	125,6%
Área de Vendas - Centauro (m²)	231.062	214.925	210.893	7,5%	9,6%	231.062	214.925	210.893	7,5%	9,6%
Área Total G5 (m ²)	118.862	78.056	50.617	52,3%	134,8%	118.862	78.056	50.617	52,3%	134,8%
FISIA Em R\$ mil	4T21	4T20				2021	2020			
Receita Bruta¹	962.255	240.330²				3.229.840	240.330²			
Atacado	484.428	116.761 ²				1.875.478	116.761 ²			
Plataforma Digital	243.188	45.919 ²				723.543	45.919 ²			
Nike Value Store	234.639	77.651 ²				630.819	77.651 ²			
Share vendas DTC	49,7%	51,4%²				41,9%	51,4%²			
GRUPO SBF Em R\$ mil	4T21	4T20	4T19	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021	2020	2019	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
Receita Bruta¹ Total	2.114.803	1.374.020	1.065.689	53,9%	98,4%	6.389.593	3.050.556	3.193.065	109,5%	100,1%
Receita Bruta ¹ Centauro	1.307.336	1.163.327	1.065.689	12,4%	22,7%	3.651.348	2.839.863	3.193.065	28,6%	14,4%
Receita Bruta ¹ Fisia	962.255	240.330 ²				3.229.840	240.330 ²			
(+) <i>Eliminação intercompany</i>	-154.788	-29.637				-491.595	-29.637			
Share de vendas no digital	28,0%	24,2%				26,4%	32,0%			

SAME STORE SALES (SSS)

CENTAURO 2021 x 2020	4T21	4T20	Δ(%)	2021	2020	Δ(%)
SSS total (lojas + digital)³	9,8%	7,9%	+1,9 p.p.	22,0%	-8,7%	+30,7 p.p.
SSS loja	8,8%	-4,0%	+12,9 p.p.	34,1%	-28,7%	+62,8 p.p.
GMV Digital (1P + 3P) ⁴	12,7%	61,6%	-48,9 p.p.	-0,1%	75,6%	-75,7 p.p.
GMV - <i>share</i> da venda total	27,1%	28,2%	-1,2 p.p.	27,8%	34,9%	-7,1 p.p.
CENTAURO 2021 x 2019	4T21	4T19	Δ(%)	2021	2019	Δ(%)
SSS total (lojas + digital)⁴	17,3%	12,5%	+4,8 p.p.	9,7%	8,9%	+0,8 p.p.
SSS loja	3,4%	8,9%	-5,5 p.p.	-5,9%	5,3%	-11,2 p.p.
GMV Digital (1P + 3P) ⁴	77,4%	31,5%	+45,9 p.p.	76,9%	27,4%	+49,5 p.p.
GMV - <i>share</i> da venda total	27,1%	18,1%	+9,0 p.p.	27,8%	18,3%	+9,5 p.p.

(1) Receita bruta excluindo devolução de mercadorias;

(2) Os resultados de Fisia em 4T20 e 2020 consideram apenas o mês de Dezembro de 2020, quando a operação de Fisia foi incorporada ao Grupo SBF;

(3) SSS (*Same Store Sales*) significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados. **Nossa metodologia não exclui da base lojas fechadas por causa da pandemia;**

(4) GMV ou *Gross Merchandise Value*: receita de venda de mercadorias do canal digital, incluindo *marketplace*.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS



Para o ano de 2020, os Resultados do Grupo SBF e de FISIA incluem apenas o mês de dezembro de FISIA. Para o ano de 2019, os resultados do Grupo SBF incluem apenas Centauro. Os resultados **ajustados** desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com (ex-IFRS) desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

Consolidado Em R\$ mil	4T21	4T20	4T19	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021	2020	2019	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
Receita Bruta	2.114.803	1.374.020	1.065.689	53,9%	98,4%	6.389.593	3.050.556	3.193.065	109,5%	100,1%
Receita Líquida	1.683.464	1.074.033	851.709	56,7%	97,7%	5.110.462	2.388.058	2.545.422	114,0%	100,8%
Lucro Bruto	809.828	464.170	410.354	74,5%	97,3%	2.351.611	1.041.987	1.258.612	125,7%	86,8%
Margem Bruta	48,1%	43,2%	48,2%	4,9 p.p	-0,1 p.p	46,0%	43,6%	49,4%	2,4 p.p	-3,4 p.p
EBITDA	249.629	117.947	298.939	111,6%	-16,5%	704.342	148.057	672.980	375,7%	4,7%
Margem EBITDA	14,8%	11,0%	35,1%	3,8 p.p	-20,3 p.p	13,8%	6,2%	26,4%	7,6 p.p	-12,7 p.p
Lucro Líquido	288.477	-4.527	163.628	n.a	76,3%	497.831	-131.925	309.727	n.a	60,7%
Margem Líquida	17,1%	-0,4%	19,2%	17,6 p.p	-2,1 p.p	9,7%	-5,5%	12,2%	15,3 p.p	-2,4 p.p

Receita Líquida ajustada	1.683.464	1.081.175	851.709	55,7%	97,7%	5.102.436	2.395.200	2.545.422	113,0%	100,5%
Lucro Bruto ajustado	790.677	471.312	410.354	67,8%	92,7%	2.329.837	1.049.670	1.258.612	122,0%	85,1%
Margem Bruta ajustada	47,0%	43,9%	48,2%	3,1 p.p	-1,2 p.p	45,7%	43,8%	49,4%	1,8 p.p	-3,8 p.p
EBITDA ajustado	271.023	162.746	166.221	66,5%	63,1%	709.203	217.184	461.490	226,5%	53,7%
Margem EBITDA ajustada	16,1%	15,2%	19,5%	0,9 p.p	-3,4 p.p	13,9%	9,1%	18,1%	4,8 p.p	-4,2 p.p
Lucro Líquido ajustado	303.225	42.607	56.066	611,7%	n.a	426.483	-74.010	121.406	n.a	251,3%
Margem Líquida ajustada	18,0%	4,0%	6,6%	14 p.p	11,4 p.p	8,4%	-3,1%	4,8%	11,4 p.p	3,6 p.p
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	209.967	110.046	120.987	90,8%	73,5%	482.508	31.760	310.831	1419,2%	55,2%
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	12,5%	10,2%	14,2%	2,2 p.p	-1,7 p.p	9,5%	1,3%	12,2%	8,1 p.p	-2,8 p.p
Lucro Líquido Ajustado (ex-IFRS)	313.175	46.518	63.654	573,2%	392,0%	471.863	-47.526	150.841	n.a	212,8%
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	18,6%	4,3%	7,5%	14,3 p.p	11,1 p.p	9,2%	-2,0%	5,9%	11,2 p.p	3,3 p.p

Por Unidade de Negócio Em R\$ mil	4T21	4T20	4T19	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021	2020	2019	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
CENTAURO Receita Bruta	1.307.336	1.163.327	1.065.689	12,4%	22,7%	3.651.348	2.839.863	3.193.065	28,6%	14,4%
Receita Líquida ajustada	1.058.315	916.934	851.709	15,4%	24,3%	2.947.232	2.230.959	2.545.422	32,1%	15,8%
Lucro Bruto ajustado	528.077	414.378	410.354	27,4%	28,7%	1.452.776	992.195	1.258.612	46,4%	15,4%
Margem Bruta	49,9%	45,2%	48,2%	4,7 p.p	1,7 p.p	49,3%	44,5%	49,4%	4,8 p.p	-0,2 p.p
FISIA Receita Bruta	962.255	240.330 ¹				3.229.840	240.330 ¹			
Receita Líquida	746.487	188.294¹				2.536.923	188.294¹			
Lucro Bruto	272.095	64.984¹				916.986	64.984¹			
Margem Bruta	36,5%	34,5% ¹				36,1%	34,5% ¹			

(1) Os resultados de Fisía em 4T20 e 2020 consideram apenas o mês de Dezembro de 2020, quando a operação de Fisía foi incorporada ao Grupo SBF.

AJUSTES NÃO RECORRENTES



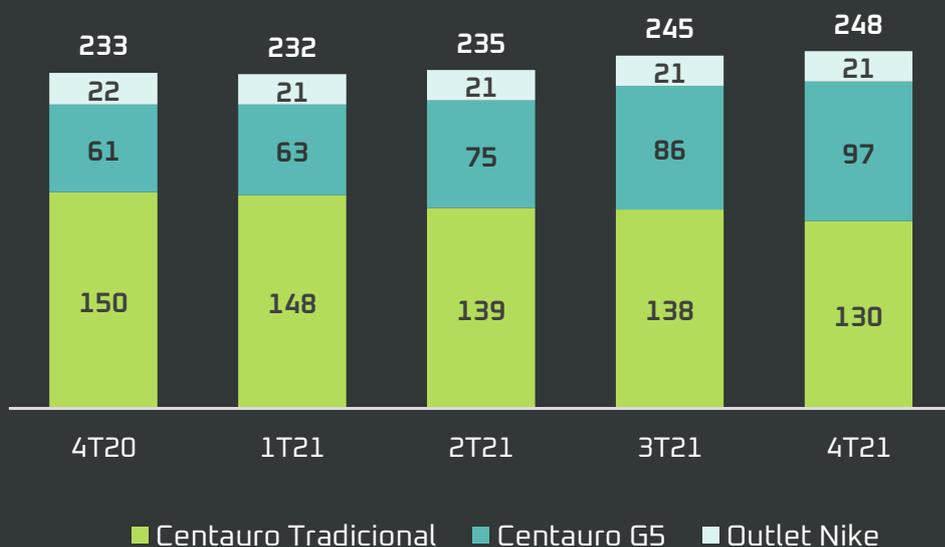
 Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

GRUPO SBF	4T21	2021
Em R\$ mil		
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Deduções	0	-8.026
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Custo de Vendas	-19.151	-19.151
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Despesas	29.998	11.311
Plano de Opção / Não-caixa	14.886	30.691
Efeitos contábeis de aquisição - Despesas	-4.339	-12.581
Efeitos contábeis de aquisição - Custo de Vendas	0	5.403
Ajuste de inventário - Períodos anteriores	0	-2.786
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	21.394	4.861
EBITDA	249.629	704.342
EBITDA Ajustado	271.023	709.203
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>16,1%</i>	<i>13,9%</i>
EBITDA (ex-IFRS)	188.573	477.648
EBITDA (ex-IFRS) Ajustado	209.967	482.508
<i>Margem EBITDA (ex-IFRS) ajustada</i>	<i>12,5%</i>	<i>9,5%</i>
Resultado Financeiro sobre Créditos, Débitos e Provisões tributárias	28.489	43.010
Efeitos contábeis de aquisição - Depreciação e Amortização	4.838	14.181
Efeitos contábeis de aquisição - Despesas Financeiras	18	18
IRPJ Selic - Períodos anteriores	-15.302	-117.730
Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda	-24.689	-15.688
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	14.748	-71.348
Lucro Líquido	288.477	497.831
Lucro Líquido Ajustado	303.225	426.483
<i>Margem Líquida ajustada</i>	<i>18,0%</i>	<i>8,4%</i>
Lucro Líquido (ex-IFRS)	298.426	543.211
Lucro Líquido (ex-IFRS) Ajustado	313.175	471.863
<i>Margem Líquida (ex-IFRS) ajustada</i>	<i>18,6%</i>	<i>9,2%</i>

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

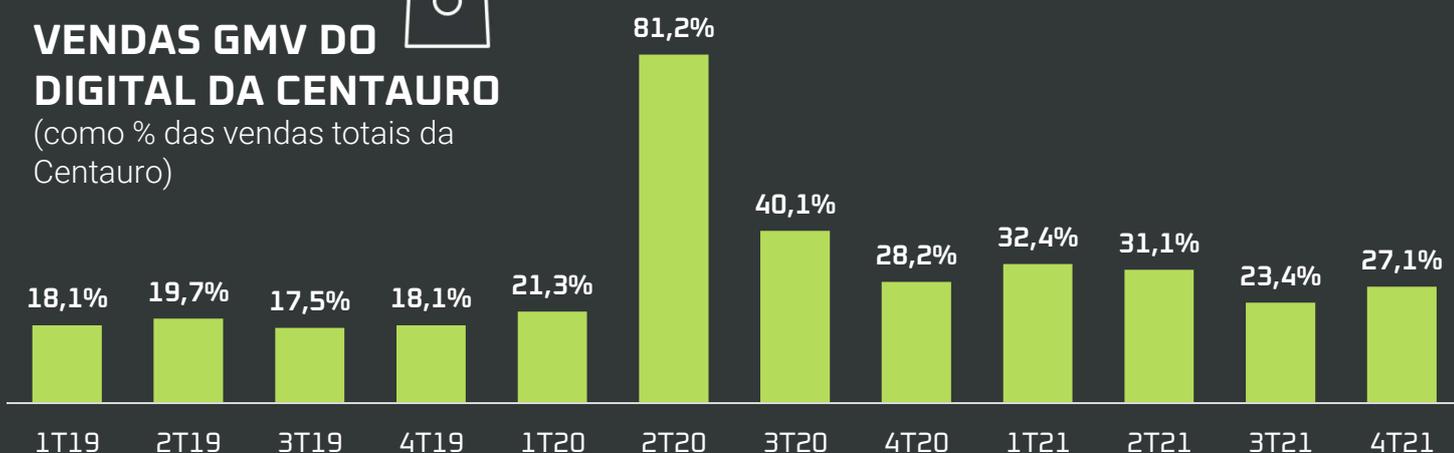


NOSSAS LOJAS



VENDAS GMV DO DIGITAL DA CENTAURO

(como % das vendas totais da Centauro)

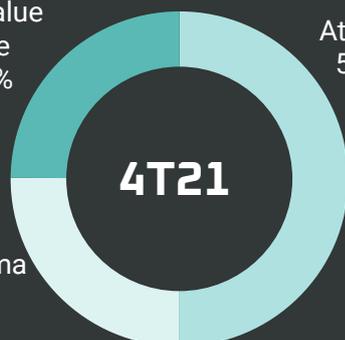


RECEITA BRUTA FISIA POR CANAL

Nike Value Store
24,4%

Atacado
50,3%

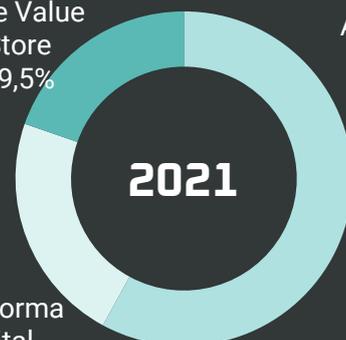
Plataforma Digital
25,3%



Nike Value Store
19,5%

Atacado
58,1%

Plataforma Digital
22,4%





DESEMPENHO FINANCEIRO

- > Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na página 10. Para os anos de 2020 e 2019, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release dos respectivos anos.
- > Os resultados de Fisia em 4T20 e 2020 consideram apenas o mês de Dezembro de 2020, quando a operação de Fisia foi incorporada ao Grupo SBF.
- > Os resultados de 2019 consideram apenas os valores já divulgados para Centauro.
- > Os quadros de Receita Líquida e Lucro Bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.
- > **Os resultados de 4T20 e 2020, em todos os quadros, já estão apresentados corrigidos após refazimento das Demonstrações Financeiras de 31/12/2020, conforme fato relevante divulgado em 29/03/2022.**

RECEITA LÍQUIDA



Em R\$ mil	4T21 ajustado	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021 ajustado	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
CENTAURO	1.058.315	916.934	851.709	15,4%	24,3%	2.947.232	2.230.959	2.545.422	32,1%	15,8%
Lojas físicas	770.908	698.258	709.019	10,4%	8,7%	2.159.798	1.510.338	2.105.654	43,0%	2,6%
Plataforma Digital	287.406	218.676	142.691	31,4%	101,4%	787.435	720.621	439.769	9,3%	79,1%
FISIA	746.488	188.294¹				2.536.924	188.294¹			
Atacado	382.081	95.763 ¹				1.519.423	95.763 ¹			
Plataforma Digital	189.396	34.825 ¹				543.869	34.825 ¹			
Nike Value Store	175.009	57.706 ¹				473.631	57.706 ¹			
(+) Eliminação intercompany	-121.337	-24.053				-381.719	-24.053			
GRUPO SBF	1.683.464	1.081.175	851.709	55,7%	97,7%	5.102.436	2.395.200	2.545.422	113,0%	100,5%

1. Os resultados de Fisia em 4T20 e 2020 consideram apenas o mês de Dezembro de 2020, quando a operação de Fisia foi incorporada ao Grupo SBF.

CENTAURO

A receita líquida da Centauro atingiu R\$2,9 bilhões em 2021, 15,8% de crescimento em comparação com 2019 impulsionado principalmente pelo crescimento da plataforma digital e pela abertura de novas lojas. O impacto da pandemia no primeiro semestre de 2021 impediu que esse crescimento fosse ainda maior.

A plataforma digital, em comparação com 2019, apresentou crescimento de 101,4% no trimestre e de 79,1% no ano. O nível recorde de vendas online no trimestre e no ano de 2021 reflete os resultados positivos dos eventos de *Black Friday* e Natal, assim como os avanços conquistados com os investimentos em tecnologia, marketing e logística que realizamos ao longo desse e dos últimos anos.

As lojas da Centauro apresentaram receita líquida de R\$770,9 milhões no 4T21, crescimento de 10,4% em comparação com o 4T20 e 8,7% quando comparada com o 4T19. No acumulado do ano, a receita líquida das lojas cresceu 42,5% em comparação com 2020 e 2,2% em comparação com 2019. Com a evolução da vacinação no país ao longo do ano, as lojas voltaram a apresentar SSS positivo. Além disso, a expansão da rede com lojas do modelo G5 vem contribuindo com o crescimento e a recuperação pós-pandemia. Desde o 4T19, inauguramos 21 lojas G5 e reformamos outras 33 lojas, um total de 54 lojas G5 adicionadas a rede. Nesse 4T21, as lojas G5 apresentaram SSS de 8,2%, 9,9 p.p. superior ao SSS da média das lojas da Companhia.

FISIA

A receita líquida de Fisia totalizou R\$746,5 milhões no 4T21 e R\$2,5 bilhões em 2021. Como esperado, o resultado do trimestre foi impactado por uma queda de receita do canal de atacado, efeito sazonal inerente à dinâmica de compra e recebimento de produtos para a *Holiday season*.

Nos canais de vendas DTC, o resultado do canal de Nike Value Store reflete as mudanças realizadas no sortimento da loja. Já na plataforma digital, além de seguirmos otimizando as iniciativas já adotadas nos últimos trimestres, as vendas nos eventos de Black Friday e Natal, bem como as vendas na modalidade *marketplace-out* (nike.com.br como *seller* nos principais *marketplaces* de esporte), contribuíram para o crescimento.

LUCRO BRUTO



Em R\$ mil	4T21 ajustado	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021 ajustado	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
CENTAURO										
Lucro Bruto	528.077	414.378	410.354	27,4%	28,7%	1.452.776	992.195	1.258.612	46,4%	15,4%
Margem Bruta	49,9%	45,2%	48,2%	4,7 p.p	1,7 p.p	49,3%	44,5%	49,4%	4,8 p.p	-0,2 p.p
FISIA										
Lucro Bruto	272.095	64.984 ¹				916.986	64.984 ¹			
Margem Bruta	36,5%	34,5% ¹				36,1%	34,5% ¹			
(+) Eliminação intercompany	-9.494	-8.050				-39.925	-8.050			
GRUPO SBF										
Lucro Bruto	790.677	471.312	410.354	67,8%	92,7%	2.329.837	1.049.129	1.258.612	122,1%	85,1%
Margem Bruta	47,0%	43,6%	48,2%	3,4 p.p	-1,2 p.p	45,7%	43,8%	49,4%	1,9 p.p	-3,8 p.p



1. Os resultados de Fisia em 4T20 e 2020 consideram apenas o mês de Dezembro de 2020, quando a operação de Fisia foi incorporada ao Grupo SBF.

CENTAURO

Neste 4T21, a margem bruta de Centauro atingiu um patamar de 49,9%, uma recuperação de +4,7 p.p. em comparação ao 4T20, quando um maior nível de *mark-down* ainda impactava nossa plataforma digital como consequência da pandemia. Com todas as iniciativas de melhora de margem trabalhadas durante esses dois anos de pandemia, registramos um incremento de +1,7 p.p contra o 4T19, mesmo com o maior *share* da plataforma digital. Com uma campanha estratégica e assertiva para o *Black Friday*, principalmente online, atingimos o maior nível de margem bruta do ano durante o último trimestre, período que usualmente possui margens inferiores.

No acumulado de 2021, fomos impactados pelo *lockdown* no primeiro semestre e ainda assim conseguimos atingir uma margem no mesmo nível do período pré-pandemia.

FISIA

A margem bruta da Fisia no trimestre cresceu +1,3 p.p. em relação ao 3T21, positivamente impactada pelas estratégias de rentabilização das Nike Value Stores, pela recomposição dos preços realizada em junho para contrapor a desvalorização cambial do período e pelo crescimento de *share* dos canais DTC (Nike Value Store e plataforma digital).

DESPESAS OPERACIONAIS



Em R\$ mil	4T21 ajustado	4T20 ajustado	4T19 ajustado	$\Delta(\%)$ 21 vs 20	$\Delta(\%)$ 21 vs 19	2021 ajustado	2020 ajustado	2019 ajustado	$\Delta(\%)$ 21 vs 20	$\Delta(\%)$ 21 vs 19
GRUPO SBF										
Despesas Operacionais	-519.653	-308.566	-244.133	68,4%	112,9%	-1.620.634	-831.945	-797.122	94,8%	103,3%
VG&A	-496.834	-346.388	-257.140	43,4%	93,2%	-1.602.788	-877.587	-825.996	82,6%	94,0%
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	-22.819	37.822	13.007	-160,3%	-275,4%	-17.846	45.642	28.874	-139,1%	-161,8%
VG&A em % da receita líquida	29,5%	32,0%	30,2%	-2,5 p.p	-0,7 p.p	31,4%	36,6%	32,5%	-5,2 p.p	-1 p.p
Despesas operacionais em % da receita líquida	30,9%	28,5%	28,7%	2,3 p.p	2,2 p.p	31,8%	34,7%	31,3%	-3 p.p	0,4 p.p

 *Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização.

O Grupo SBF apresentou -R\$ 519,6 milhões de Despesas Operacionais no 4T21, aumento de 68,4% comparado ao 4T20. No ano, totalizou -R\$1,6 bilhão, uma variação de 94,8% comparado com 2020.

O aumento das despesas operacionais é consequência da incorporação das operações da Fisia no resultado da companhia, despesas que não existiam em 2020.

Quando comparado com 2019, além da incorporação da Fisia, também contribuíram negativamente a pressão inflacionária sobre as despesas e o investimento em novas áreas de negócio necessárias para a implementação de nossa visão de ecossistema, como logística, CRM, Tecnologia e Estratégia.

Apesar das pressões ao longo do ano, as despesas operacionais do grupo como % da Receita foram de 31,8% em 2021 contra 34,7% em 2020, diluição explicada pela alavancagem operacional como resultado do crescimento da receita, pelas sinergias de *backoffice* e logística obtidas com a integração das operações e pela incorporação do canal de atacado da Fisia que, pela própria natureza das operações, possui uma porcentagem de despesas inferior a dos outros canais.

EBITDA



Em R\$ mil	4T21 ajustado	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021 ajustado	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
GRUPO SBF										
Lucro Líquido	303.225	42.607	56.066	n.a	n.a	426.483	-74.010	121.406	n.a	251,3%
(+) Imposto de renda e CSS	127.588	-7.128	-15.084	n.a	n.a	157.992	70.493	544	124,1%	n.a
(+) Resultado financeiro líquido	-27.551	-43.892	-52.832	-37,2%	-47,9%	-152.927	-124.664	-136.339	22,7%	12,2%
(+) Depreciação e amortização	-67.835	-69.118	-42.239	-1,9%	60,6%	-287.785	-237.023	-204.289	21,4%	40,9%
(=) EBITDA	271.023	162.746	166.221	66,5%	63,1%	709.203	217.184	461.490	226,5%	53,7%
Margem EBITDA	16,1%	15,1%	19,5%	1 p.p	-3,4 p.p	13,9%	9,1%	18,1%	4,8 p.p	-4,2 p.p
<i>EBITDA (ex-IFRS)</i>	209.967	110.046	120.987	90,8%	73,5%	482.508	31.760	310.831	n.a	55,2%
<i>Margem EBITDA (ex-IFRS)</i>	12,5%	10,2%	14,2%	2,3 p.p	-1,7 p.p	9,5%	1,3%	12,2%	8,1 p.p	-2,8 p.p

O EBITDA do Grupo atingiu R\$271 milhões no 4T21 com margem EBITDA de 16,1%, recuperando +1,0 p.p. de margem em comparação com o resultado 4T20. No ano, o EBITDA totalizou R\$709,2 milhões e recuperamos +4,8 pontos percentuais de margem. Os principais fatores que contribuíram para a recuperação da margem foram a melhora da margem bruta da Centauro, a alavancagem operacional causada pelo crescimento da receita e as sinergias obtidas com a integração das operações de Fisica e Centauro.

Em comparação com o 4T19, o EBITDA da companhia apresentou crescimento de 63,1% e, em comparação à 2019, cresceu 53,7% com uma queda de -4,2 pontos percentuais na margem EBITDA, explicada pela incorporação da operação de atacado de Fisica que, por construção, possui margem inferior.

RESULTADO FINANCEIRO

Em R\$ mil	4T21 ajustado	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021 ajustado	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
Receitas Financeiras	42.282	27.783	115.363	52,2%	-63,3%	167.355	102.327	142.837	63,5%	17,2%
Despesas Financeiras	-69.833	-71.675	-168.195	-2,6%	-58,5%	-320.282	-226.991	-279.176	41,1%	14,7%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-27.551	-43.892	-52.832	-37,2%	-47,9%	-152.927	-124.664	-136.339	22,7%	12,2%

A Companhia apresentou Resultado Financeiro de -R\$152,9 milhões em 2021 ante -R\$124,7 milhões em 2020. A piora é explicada pelo aumento da taxa de juros e pelo maior endividamento da companhia, justificado pelas dívidas tomadas para financiamento do capital de giro e investimentos.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO



Em R\$ mil	4T21 ajustado	4T20 ajustado	4T19 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19	2021 ajustado	2020 ajustado	2019 ajustado	Δ(%) 21 vs 20	Δ(%) 21 vs 19
Lucro Líquido	303.225	42.607	56.066	611,7%	440,8%	426.483	-74.010	121.406	n.a	251,3%
Margem Líquida	18,0%	3,9%	6,6%	14,1 p.p	11,4 p.p	8,4%	-3,1%	4,8%	11,4 p.p	3,6 p.p
Lucro Líquido (ex-IFRS)	313.175	46.518	63.654	573,2%	392,0%	471.863	-47.526	150.841	n.a	212,8%
Margem Líquida (ex-IFRS)	18,6%	4,3%	7,5%	14,3 p.p	11,1 p.p	9,2%	-2,0%	5,9%	11,2 p.p	3,3 p.p

Neste 4T21, o Grupo SBF registrou Lucro Líquido de R\$ 303,2 milhões, superando o resultado de R\$56,1 milhões do 4T19 em 440,8%. O resultado do 4T21 também contribuiu para um resultado positivo no acumulado do ano, versus o Prejuízo Líquido de -R\$74,0 milhões do ano de 2020.

O Lucro Líquido de 2021 foi positivamente impactado por um valor líquido de R\$185,9 milhões de reconhecimento de IR diferido, que se encontrava fora do balanço.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

Em R\$ mil	31/12/2021	31/12/2020	Δ(%) 21 vs 20
Contas a receber	1.330.303	964.249	38,0%
Tributos e IR a compensar	611.081	752.800	-18,8%
Estoques	1.042.336	901.475	15,6%
Outras contas a receber	84.279	146.673	-42,5%
	3.067.999	2.765.197	11,0%
Outras contas a pagar	442.552	594.676	-25,6%
Fornecedores de revenda	914.294	654.813	39,6%
Obrigações tributárias	134.048	218.091	-38,5%
Arrendamento a pagar	195.561	119.928	63,1%
Obrigações Trabalhistas	157.520	93.688	68,1%
Outras Obrigações	20.073	17.353	15,7%
	1.864.048	1.698.549	9,7%
Capital de Giro Líquido¹	1.203.951	1.066.648	12,9%

(1) Valor referente ao exercício de 2020 ajustado em relação ao apresentado no ano de 2020 nas linhas do Ativo Circulante e Passivo Circulante.

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa, Dívida e Parcelamento de Tributos e incluindo Antecipação de Recebíveis.

O Grupo SBF apresentou aumento em seu Capital de Giro Líquido, na comparação com 2020, aumentando de R\$ 1.066,6 milhões para R\$ 1.203,9 milhões. A variação é explicada principalmente pelo aumento da necessidade de capital de giro pelo crescimento da receita. O aumento em Arrendamentos a pagar é explicado pelos contratos novos e reajustes de aluguel. A diminuição em outras contas a pagar é resultado do pagamento à Nike do saldo utilizado de créditos tributários que, pelo contrato de aquisição, ainda pertencem à Nike.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL



Em R\$ mil	4T21	4T20	$\Delta(\%)$ 21 vs 20	2021	2020	$\Delta(\%)$ 21 vs 20
EBITDA	249.629	117.947	111,6%	704.342	148.057	375,7%
Depreciação e Juros IFRS 16	-72.673	-70.096	3,7%	-301.967	-237.023	27,4%
Varição Capital de Giro ¹	210.092	143.078	46,8%	-137.469	429.353	-132,0%
Outros	-207.574	7.893	n.a	-53.728	-96.483	-44,3%
Fluxo de Caixa Operacional	179.473	198.822	-9,7%	211.178	243.904	-13,4%
Aquisição NWB	0	0	n.a	-48.555	0	n.a
Aquisição Nike	0	-1.019.001	n.a	0	-1.019.001	n.a
Outros	-100.131	-74.374	34,6%	-284.256	-175.899	61,6%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-100.131	-1.093.375	-90,8%	-332.811	-1.194.900	-72,1%
Captações líquidas ²	1.828	-245	n.a	299.039	859.732	-65,2%
Dívida Bancária	-82.510	-12.768	n.a	-133.308	546.555	-124,4%
Antecipação de Recebíveis	0	-27.618	n.a	-4.241	-6.664	-36,4%
Parcelamento de Impostos	-10.288	-5.681	81,1%	-4.805	-39.640	-87,9%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	-90.970	-46.312	96,4%	156.685	1.359.983	-88,5%
Varição de Caixa Total	-11.628	-940.865	-98,8%	35.052	408.987	-91,4%

- (1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;
 (2) Captações Líquidas: valor de 2021 referente à debêntures, valor de 2020 referente ao *Follow-on*; valor de 2019 referente ao *IPO*.

O Fluxo de Caixa Operacional foi de R\$ 179,5 milhões no 4T21 e de R\$ 211,2 milhões em 2021, influenciado pelo crescimento da Companhia no ano, que gerou um maior consumo de capital de giro. Houve no trimestre uma transferência de curto para longo prazo de ativos tributários, o que causou uma piora na linha de "outros".

O Fluxo de Caixa de Investimentos do trimestre e do ano refletem os investimentos que a companhia vêm realizando em tecnologia, logística e nos projetos de lojas. No ano tivemos também a aquisição da NWB.

O Fluxo de Caixa de Financiamentos no trimestre refletem o pagamento referente as dívidas bancárias, principal e juros. A variação do ano reflete também a captação de recursos com a 2ª emissão de debêntures.



ENDIVIDAMENTO

Em R\$ mil	31/12/2021 ajustado	31/12/2020 ajustado	Δ(%) 21 vs 20
(+) Empréstimos e Financiamentos	823.778	598.887	37,6%
(-) Caixa e Equivalentes	549.347	514.295	6,8%
(=) Dívida Líquida	274.431	84.592	224,4%
(+) Antecipação de Recebíveis	0	4.241	-100,0%
(+) Parcelamento de Tributos	151.746	156.551	-3,1%
(=) Dívida Líquida Ajustada	426.177	245.384	73,7%
Dívida Líquida Aj./EBITDA Aj. (Últ. 12 meses)	0,60x	1,09x	-0,49x

O aumento do saldo de empréstimos e financiamentos, quando comparado com 2020, reflete as novas dívidas tomadas para financiar o capital de giro e os investimentos necessários para o crescimento da companhia. Apesar disso, encerramos o ano com um nível de endividamento de 0,6 vezes EBITDA, abaixo do nível de 1,09 observado em 2020.

INVESTIMENTOS - CAPEX

Em R\$ mil	4T21	4T20	Δ(%) 21 vs 20	2021	2020	Δ(%) 21 vs 20
Novas Lojas	21.328	12.124	75,9%	75.361	24.388	209,0%
Reformas	25.613	7.856	226,0%	72.969	49.799	46,5%
Tecnologia e Inovação	31.830	24.757	28,6%	93.821	59.654	57,3%
Outros	21.360	12.637	69,0%	42.105	25.059	68,0%
Total Investimentos	100.131	57.374	74,5%	284.256	158.900	78,9%

O CAPEX do 4T21 teve um aumento de 74,5% quando comparado ao 4T20 e de 78,9% no ano, refletindo a aceleração dos investimentos em projetos estruturantes de tecnologia, logística, e os projetos de lojas G5 da Centauro. No trimestre, 8 lojas foram reformadas para o modelo G5 e outras 3 novas lojas G5 foram inauguradas.



BALANÇO PATRIMONIAL



Em R\$ mil	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)
Ativo	7.146.492	5.974.397	6.193.860
Circulante	3.617.346	3.275.251	3.289.039
Caixa e equivalentes de caixa	549.347	514.295	514.295
Contas a receber	1.301.044	948.428	972.911
Instrumentos financeiros derivativos	29.259	11.580	11.580
Tributos a compensar	601.308	712.763	712.763
IR e CS a compensar	9.773	40.037	40.037
Estoques	1.042.336	901.475	890.780
Outras contas a receber	84.279	146.673	146.673
Não Circulante	3.529.146	2.699.146	2.904.821
Contas a receber	27	0	324
Tributos a compensar	272.981	347.871	347.871
IR e CS a compensar	117.127	0	0
Ativo fiscal diferido	756.103	444.822	453.950
Depósitos judiciais	148.449	125.751	125.751
Outros valores a receber	72.675	950	626
Imobilizado	430.112	296.355	516.495
Intangível	403.830	305.631	305.631
Direito de uso	1.327.842	1.177.766	1.154.172
Passivo	7.146.492	5.974.397	6.193.860
Circulante	2.161.217	1.846.599	1.852.278
Fornecedores	914.294	654.813	654.813
Empréstimos e financiamentos	129.733	93.275	93.275
Debêntures	77.743	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	4.617	0	0
Obrigações tributárias	82.697	158.424	164.103
IR e CS a recolher	51.351	59.667	59.667
Impostos parcelados	61.056	54.775	54.775
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	157.520	93.688	93.688
Dividendos a pagar	28.637	0	0
Arrendamentos a pagar	195.561	119.928	119.928
Outras contas a pagar	437.935	594.676	594.676
Outras Obrigações	20.073	17.353	17.353
Não Circulante	2.760.640	2.415.726	2.390.896
Empréstimos e financiamentos	165.260	278.850	278.850
Debêntures	451.042	226.762	226.762
Impostos parcelados	90.690	101.776	101.776
Provisões para contencioso	619.431	547.135	547.135
Arrendamentos a pagar	1.295.100	1.106.471	1.081.641
Outras Obrigações	122.989	154.732	154.732
Outras contas a pagar	16.128	0	0
Patrimônio Líquido	2.224.635	1.712.072	1.950.686
Capital social	1.823.527	1.815.485	1.815.485
Reservas de capital	224.967	194.460	194.460
Reservas de lucro	159.770	0	15.509
Ajustes de avaliação patrimonial	15.726	11.580	0
Prejuízos acumulados	645	-309.453	-74.768

FLUXO DE CAIXA



Em R\$ mil	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	497.831	-131.925	-112.805
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	324.249	247.989	239.912
Juros	231.407	149.882	154.321
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	820	327	0
Pagamento baseado em ações	30.507	23.371	23.371
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	18.542	12.186	12.186
Baixa residual arrendamentos	-2.247	-2.900	-2.900
Provisão para obsolescência do estoque	36.293	26.195	26.195
Ajuste a valor presente, líquido	-1.575	3.836	3.836
Constituição líquida de provisão para contencioso	108.965	25.232	57.766
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indébitos tributários	-85.771	0	0
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS	-39.734	0	0
Imposto de renda e contribuição social corrente	57.689	208.691	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-345.239	-297.843	-297.843
Descontos sobre arrendamentos	-23.765	-47.096	-47.096
	807.972	217.945	56.943
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	-348.627	264.538	-407.148
Estoques	-177.154	-12.723	-488.431
Instrumentos financeiros derivativos	-13.533	0	0
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	234.413	296.130	-280.625
Depósitos judiciais	-22.698	1.851	-123.677
Outras contas a receber	-9.192	-20.463	-20.463
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	252.180	-145.443	-12.758
Obrigações tributárias	-70.825	35.387	352.295
Parcelamentos de tributos	-29.788	-54.151	-54.151
Instrumentos financeiros derivativos	4.617	0	0
Contingências pagas	-36.669	-15.549	-15.549
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	63.812	-80.830	-57.630
Outras contas a pagar	18.566	21.804	561.633
Outras Obrigações	-29.023	31.107	204.639
Variação nos ativos e passivos:	-163.921	321.658	-341.865
Juros pagos sobre financiamentos	-27.191	-9.946	-9.946
Juros pagos sobre Debêntures	-28.395	-5.272	-5.272
Juros pagos sobre arrendamentos	-115.379	-97.197	0
Imposto de renda e contribuição social pagos	-66.005	-208.691	-208.691
Caixa líq. das atividades operacionais	407.081	218.497	-508.831
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições de ativo imobilizado	-187.512	-104.690	-147.233
Adições no intangível	-101.651	-48.891	-228.312
Aquisição de controladora líquido do caixa recebido	-220.186	-1.019.001	0
Caixa líq. das atividades de investimento	-509.349	-1.172.370	-375.688
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	17.625	360.282	360.282
Empréstimos e financiamentos pagos	-95.347	-24.387	-24.387
Emissão de debentures	299.039	225.878	225.878
Arrendamentos Pagos	-92.039	-58.645	-127.999
Gastos com emissões de ações	0	-47.857	-47.857
Integralização de AFAC na controladora	0	-499	-499
Aumento de capital	8.042	908.088	908.088
Caixa líq. das atividades de financiamento	137.320	1.362.860	1.293.506
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	35.053	408.987	408.987
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	514.295	105.308	105.308
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	549.347	514.295	514.295

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



contábil (c/ IFRS)

Em R\$ mil	4T21	4T20	4T19	$\Delta(\%)$ 21 vs 20	$\Delta(\%)$ 21 vs 19	2021	2020	2019	$\Delta(\%)$ 21 vs 20	$\Delta(\%)$ 21 vs 19
Receita líquida	1.683.464	1.074.033	851.709	56,7%	97,7%	5.110.462	2.388.058	2.545.422	114,0%	100,8%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-873.636	-609.863	-441.355	43,3%	97,9%	-2.758.851	-1.346.071	-1.286.810	105,0%	114,4%
Lucro bruto	809.828	464.170	410.354	74,5%	97,3%	2.351.611	1.041.987	1.258.612	125,7%	86,8%
Receitas (Despesas) Operacionais	-560.198	-346.223	-111.415	61,8%	n.a	-1.647.268	-893.930	-585.632	84,3%	181,3%
Despesas de vendas ¹	-412.500	-240.453	-214.863	71,6%	92,0%	-1.316.257	-683.335	-690.182	92,6%	90,7%
Despesas administrativas e gerais ²	-127.255	-105.935	-197.997	20,1%	-35,7%	-299.339	-194.252	-289.098	54,1%	3,5%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-20.444	165	301.445	n.a	-106,8%	-31.672	-16.343	393.648	93,8%	-108,0%
Depreciação e amortização	-72.673	-69.118	-42.239	5,1%	72,1%	-301.967	-237.023	-204.289	27,4%	47,8%
Lucro (Prejuízo) operacional	176.956	48.829	256.700	262,4%	-31,1%	402.375	-88.966	468.691	n.a	-14,1%
Receitas financeiras	42.282	27.783	145.642	52,2%	-71,0%	185.051	102.327	217.799	80,8%	-15,0%
Despesas Financeiras	-98.340	-86.199	-168.195	14,1%	-41,5%	-377.145	-233.520	-279.176	61,5%	35,1%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-56.058	-58.416	-22.553	-4,0%	148,6%	-192.094	-131.193	-61.377	46,4%	213,0%
Lucro antes dos impostos	120.898	-9.587	234.147	n.a	-48,4%	210.281	-220.159	407.314	195,5%	-48,4%
IR e CS	167.579	5.060	-70.519	n.a	337,6%	287.550	88.234	-97.587	225,9%	394,7%
Lucro líquido do período	288.477	-4.527	163.628	n.a	76,3%	497.831	-131.925	309.727	n.a	60,7%

ajustada (c/ IFRS e não recorrentes)

Em R\$ mil	4T21 ajustado	4T20 ajustado	4T19 ajustado	$\Delta(\%)$ 21 vs 20	$\Delta(\%)$ 21 vs 19	2021 ajustado	2020 ajustado	2019 ajustado	$\Delta(\%)$ 21 vs 20	$\Delta(\%)$ 21 vs 19
Receita líquida	1.683.464	1.081.175	851.709	55,7%	97,7%	5.102.436	2.395.200	2.545.422	113,0%	100,5%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-892.786	-609.863	-441.355	46,4%	102,3%	-2.772.599	-1.346.071	-1.286.810	106,0%	115,5%
Lucro bruto	790.676	471.311	410.354	67,8%	92,7%	2.329.837	1.049.129	1.258.612	122,1%	85,1%
Receitas (Despesas) Operacionais	-519.653	-308.566	-244.133	68,4%	112,9%	-1.620.634	-831.945	-797.122	94,8%	103,3%
Depreciação e amortização	-67.835	-69.118	-42.239	-1,9%	60,6%	-287.785	-237.023	-204.289	21,4%	40,9%
Lucro (Prejuízo) operacional	203.189	93.628	123.982	117,0%	63,9%	421.417	-19.839	257.201	n.a	63,8%
Receitas financeiras	42.282	27.783	115.363	52,2%	-63,3%	167.355	102.327	142.837	63,5%	17,2%
Despesas Financeiras	-69.833	-71.675	-168.195	-2,6%	-58,5%	-320.282	-226.991	-279.176	41,1%	14,7%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-27.551	-43.892	-52.832	-37,2%	-47,9%	-152.927	-124.664	-136.339	22,7%	12,2%
Lucro antes dos impostos	175.638	49.735	71.150	253,1%	146,9%	268.491	-144.503	120.862	285,8%	122,1%
IR e CS	127.588	-7.128	-15.084	n.a	n.a	157.992	70.493	544	124,1%	n.a
Lucro líquido do período	303.225	42.607	56.066	611,7%	440,8%	426.483	-74.010	121.406	n.a	251,3%

(1), (2) Valor apresentado sem depreciação. O valor com depreciação pode ser encontrado em nossas Demonstrações Financeiras ou em nossa planilha interativa, disponível em nosso site.



SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NWB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em janeiro de 2022, foi concluído o processo de investimento na Onefan, um *superapp* para torcedores de clubes de futebol, que permite concentrar serviços e experiências exclusivas. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.



ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br



José Salazar



Daniel Regensteiner



Luna Romeu



Nicole Caputo

Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Auditores Independentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grupo SBF S.A. referentes ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Nossa contratação de auditores independentes e serviços fornecidos por eles exigem que os auditores mantenham sua independência, objetividade e integridade dos serviços prestados. Dessa forma, nossos auditores independentes (i) não podem auditar seu próprio trabalho; (ii) não podem atuar, tampouco assumir responsabilidades administrativas em nosso nome, não podem atuar como nossos assessores legais, tampouco prestar quaisquer outros serviços que contrariem essas restrições. De acordo com a instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM no. 381/03, declaramos que não foram prestados serviços além daqueles relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Companhia e suas controladas.





GRUPO **SBF**

SMLLB3 | ICONB3 | IGC B3 | IGC-NMB3 | IGCTB3 | ITAG B3 | IBRA B3



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas do Grupo SBF S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Grupo SBF S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo SBF S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas 5(j) e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento da receita, estimativa de crescimento das despesas e de margem de contribuição para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Devido ao maior risco de distorções relevantes, fruto do alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção dos lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros para os quais os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social possam ser utilizados e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, projeção de crescimento de mercado, estimativa do PIB, percentual de crescimento histórico das despesas e margem de contribuição, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção.</p> <p>Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia e na nossa auditoria, a natureza das diferenças temporárias, a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Analisamos ainda as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e divulgação de ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados pela administração.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão e passivos contingentes tributários

Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos.</p> <p>Devido julgamento significativo relativo aos processos de natureza tributária, inclusive das estimativas contábeis na classificação da probabilidade de perda, que apresentam alto grau de incerteza na estimativa, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências tributárias e divulgação dos passivos contingentes relacionadas à tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Obtivemos as confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências tributárias e aplicamos testes documentais por amostragem.</p> <p>Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área Legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências tributárias e contingências tributárias com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a divulgação de passivos contingentes, os quais não foram corrigidos pela administração.</p> <p>Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências tributárias registradas, bem como as divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6



Fernando Rodrigues Nascimento
Contador CRC 1SP244524/O-1

Grupo SBF S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Ativo circulante		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	8	62.088	195	18	549.347	514.295	105.308
Contas a receber	9	28.346	34.524	36.120	1.301.044	948.428	586.449
Estoques	10	-	-	-	1.042.336	901.475	428.544
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	-	29.259	11.580	-
Tributos a compensar	12	43	3	2	601.308	712.763	362.388
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13	47	43	40	9.773	40.037	54.890
Outras contas a receber		36	82.399	-	84.279	146.673	22.997
Total do ativo circulante		90.560	117.164	36.180	3.617.346	3.275.251	1.560.576
					1.456.129	1.428.652	466.947
						27.477	989.182
Ativo não circulante							
Contas a receber		-	-	-	27	-	-
Tributos a compensar	12	-	-	-	272.981	347.871	336.229
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13	-	-	-	117.127	-	-
Adiantamento para futura redução de capital na controlada	16	-	-	668.335	-	-	-
Ativo fiscal diferido	14	-	20.908	8.286	756.103	444.822	214.437
Depósitos judiciais	15	108	98	36	148.449	125.751	105.288
Outros valores a receber		41.521	-	-	72.675	950	1.161
Total do realizável a longo prazo		41.629	21.006	676.657	1.367.362	919.394	657.115
Investimentos	16	2.792.065	2.502.029	592.515	-	-	-
Imobilizado	17	1	2	-	430.112	296.355	241.351
Intangível	18	2.669	108	9	403.830	305.631	117.585
Direito de uso	19	-	-	-	1.327.842	1.177.766	1.141.969
Total do ativo não circulante		2.836.364	2.523.145	1.269.181	3.529.146	2.699.146	2.158.020
Total do ativo		2.926.924	2.640.309	1.305.361	7.146.492	5.974.397	3.718.596

Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Passivo circulante		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores	20	1.111	57	19	914.294	654.813	661.010
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	-	129.733	93.275	27.037
Debêntures	21	-	-	-	77.743	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	-	4.617	-	-
Arrendamentos a pagar	19	-	-	-	195.561	119.928	94.573
Obrigações tributárias	22	107	42	81	82.697	158.424	66.228
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	-	51.351	59.667	-
Impostos parcelados	23	-	-	-	61.056	54.775	60.420
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	326	167	289	157.520	93.688	151.318
Dividendos a pagar	27	28.637	-	-	28.637	-	-
Passivos a descoberto em controladas	16	355.145	324.210	305.730	-	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	154	97.063	48.357	-	-	-
Outras contas a pagar	26	301.326	506.995	-	437.935	594.676	33.043
Outras obrigações		-	-	-	20.073	17.353	-
Total do passivo circulante		686.806	928.534	354.476	2.161.217	1.846.599	1.093.629
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	-	165.260	278.850	7.553
Debêntures	21	-	-	-	451.042	226.762	-
Arrendamentos a pagar	19	-	-	-	1.295.100	1.106.471	1.059.609
Impostos parcelados	23	-	-	-	90.690	101.776	135.771
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	499	-	-	499
Provisões para contencioso	15	-	-	-	619.431	547.135	472.364
Outras contas a pagar	26	16.128	-	-	16.128	-	-
Outras obrigações		-	-	-	122.989	154.732	-
Total do passivo não circulante		16.128	-	499	2.760.640	2.415.726	1.675.796
Patrimônio líquido	27						
Capital social		1.823.527	1.815.485	955.277	1.823.527	1.815.485	955.277
Reservas de capital		224.967	194.460	171.444	224.967	194.460	171.444
Reservas de lucros		159.770	-	-	159.770	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		15.726	11.580	-	15.726	11.580	-
Prejuízos acumulados		-	(309.750)	(176.335)	-	(309.750)	(176.335)
Total do patrimônio líquido		2.223.990	1.711.775	950.386	2.223.990	1.711.775	950.386
Patrimônio líquido atribuível aos controladores							
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	645	297	(1.215)
Total do patrimônio líquido		2.223.990	1.711.775	950.386	2.224.635	1.712.072	949.171
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.926.924	2.640.309	1.305.361	7.146.492	5.974.397	3.718.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas líquidas	29	-	5.110.462	2.388.058
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	-	(2.758.851)	(1.346.071)
Lucro bruto		-	2.351.611	1.041.987
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	30	-	(1.528.850)	(862.866)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	(820)	(327)
Administrativas e gerais	30	(11.582)	(387.894)	(251.417)
Outras receitas operacionais		16.171	34.267	36.516
Outras despesas operacionais		(54.772)	(65.939)	(52.859)
Resultado com equivalência patrimonial	16	569.865	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		519.682	402.375	(88.966)
Receitas financeiras	32	572	185.051	102.327
Despesas financeiras	32	(1.189)	(377.145)	(233.520)
Despesas financeiras líquidas		(617)	(192.094)	(131.193)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		519.065	210.281	(220.159)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	-	(57.689)	(208.691)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	(20.908)	345.239	296.925
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		498.157	497.831	(131.925)
Acionistas controladores		498.157	498.157	(131.863)
Acionistas não controladores		-	(326)	(62)
		498.157	497.831	(131.925)
Lucro líquido (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia				
Lucro (prejuízo) básico por ação (média ponderada)			2,05	(0,58)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (média ponderada)			1,98	(0,58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	498.157	(131.863)	497.831	(131.925)
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	-	-	4.146	11.580
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	-	-	4.146	11.580
Resultado abrangente do exercício	498.157	(131.863)	501.977	(120.345)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	498.157	(131.863)	502.303	(120.283)
Acionistas não controladores	-	-	(326)	(62)
Resultado abrangente total	498.157	(131.863)	501.977	(120.345)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)



		Atribuível aos acionistas controladores										
		Reservas de capital			Reservas de lucro							
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)	Nota	955.277	155.108	16.336	-	-	-	-	(176.335)	950.386	(1.215)	949.171
Aumento de capital	27	900.000	-	-	-	-	-	-	-	900.000	-	900.000
Ágio compra Física		-	(355)	-	-	-	-	-	-	(355)	-	(355)
Ajuste instrumentos financeiros - Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	11.580	-	11.580	-	11.580
Pagamento baseado em ações	28	-	-	23.371	-	-	-	-	-	23.371	-	23.371
Integralização do adiantamento para futuro aumento de capital		8.088	-	-	-	-	-	-	-	8.088	-	8.088
Redução de participação em controladas diretas		-	-	-	-	-	-	-	(1.552)	(1.552)	1.552	-
Gastos com emissões de ações		(47.880)	-	-	-	-	-	-	-	(47.880)	22	(47.858)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(131.863)	(131.863)	(62)	(131.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)		1.815.485	154.753	39.707	-	-	-	11.580	(309.750)	1.711.775	297	1.712.072
Aumento de capital		8.042	-	-	-	-	-	-	-	8.042	-	8.042
Ajuste participação acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	674	674
Ajuste instrumentos financeiros - Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	4.146	-	4.146	-	4.146
Pagamento baseado em ações	28	-	-	30.507	-	-	-	-	-	30.507	-	30.507
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	498.157	498.157	(326)	497.831
Constituição de reserva		-	-	-	9.420	64.439	85.911	-	(159.770)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(28.637)	(28.637)	-	(28.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.823.527	154.753	70.214	9.420	64.439	85.911	15.726	-	2.223.990	645	2.224.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	498.157	(131.863)	497.831	(131.925)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	21	9	135.750	109.522
Amortização do direito de uso	-	-	188.499	138.467
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	27.781	11.586
Juros sobre debêntures	-	-	31.379	6.156
Juros sobre parcelamento de tributos	-	-	24.983	14.511
Juros sobre pagamentos em atrasos	60	38	2.984	6.494
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	820	327
Juros sobre atraso de impostos	-	-	28.901	13.938
Resultado de equivalência patrimonial	(561.770)	117.164	-	-
Pagamento baseado em ações	30.507	10.671	30.507	23.371
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	18.542	12.186
Baixa residual arrendamentos	-	-	(2.247)	(2.900)
Provisão para obsolescência do estoque	-	-	36.293	26.195
Ajuste a valor presente, líquido	-	-	(1.575)	3.836
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	115.379	97.197
Descontos sobre arrendamentos	-	-	(23.765)	(47.096)
Constituição líquida de provisão para contencioso	-	-	108.965	25.232
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indêbitos tributários	-	-	(85.771)	-
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS	-	-	(39.734)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	57.689	208.691
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.908	(12.621)	(345.239)	(297.843)
	(12.117)	(16.602)	807.972	217.945
Variações em:				
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	6.178	1.596	(348.627)	264.538
Estoques	-	-	(177.154)	(12.723)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(13.533)	-
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	(44)	(5)	234.413	296.130
Depósitos judiciais	(10)	-	(22.698)	1.851
Outras contas a receber	75.476	(62)	(9.192)	(20.463)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	994	38	252.180	(145.443)
Obrigações tributárias, Imposto de renda e contribuição social a recolher	65	(77)	(70.825)	35.387
Parcelamentos de tributos	-	-	(29.788)	(54.151)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.617	-
Contingências pagas	-	-	(36.669)	(15.549)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	159	(122)	63.812	(80.830)
Outras contas a pagar	(28.139)	4.396	18.566	21.804
Outras obrigações	-	-	(29.023)	31.107
Variação nos ativos e passivos:	54.679	5.764	(163.921)	321.658
Juros pagos sobre financiamentos	-	-	(27.191)	(9.946)
Juros pagos sobre debêntures	-	-	(28.395)	(5.272)
Juros pagos sobre arrendamento	-	-	(115.379)	(97.197)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(66.005)	(208.691)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	42.562	(10.838)	407.081	218.497
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	-	(2)	(187.512)	(104.690)
Adições no intangível	(2.582)	(108)	(101.651)	(48.891)
Aquisição de controladora líquida do caixa recebido	(228.102)	(1.219.343)	(220.186)	(1.019.001)
Diminuição (aumento) de aplicações financeiras	-	-	-	212
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(230.684)	(1.219.453)	(509.349)	(1.172.370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	-	-	17.625	360.282
Emissão de debentures	-	-	299.039	225.878
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	(95.347)	(24.387)
Arrendamentos pagos	-	-	(92.039)	(58.645)
Adiantamento para futura redução de capital	215.080	-	-	-
Movimentação de capital em controladora	-	336.913	-	-
Partes relacionadas	(96.909)	48.706	-	-
Redução (aumento) de capital em controladas, líquido	123.802	450	-	-
Gastos com emissões de ações em controlada	-	(15.310)	-	-
Gastos com emissões de ações	-	(47.880)	-	(47.857)
Pagamento baseado em ações	-	(499)	-	(499)
Aumento de capital	8.042	908.088	8.042	908.088
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	250.015	1.230.468	137.320	1.362.860
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	61.893	177	35.052	408.987
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	195	18	514.295	105.308
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	62.088	195	549.347	514.295
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	-	-	1.601	1.650
Aumento em controladas diretas	-	(1.546)	-	-
Derivativos	4.146	(11.580)	4.146	(11.580)
Integralização de AFAC em controlada	-	(668.335)	-	-
Integralização de AFAC na controladora	-	499	-	499
Outras contas a pagar por aquisição de controlada	(9.843)	(502.599)	(9.843)	(502.599)
Outras contas a receber por reembolso de pagamento a maior de aquisição de controlada	-	82.399	-	82.399
Ativo por indenização	34.634	-	34.634	-

Grupo SBF S.A.

Demonstrações de valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	44.561	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receitas	(8.094)	(1.510)	6.405.085	3.068.837
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	(8.094)	-	6.389.593	3.050.556
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(820)	(327)
Outras receitas	-	(1.510)	16.312	18.608
Insumos adquiridos de terceiros	(4.381)	(2.185)	(4.277.550)	(1.880.770)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(3.406.734)	(1.459.294)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.381)	(2.185)	(806.857)	(395.181)
Perda de valores ativos	-	-	(63.959)	(26.295)
Valor adicionado bruto	(12.475)	(3.695)	2.127.535	1.188.067
Depreciação e amortização	(22)	(9)	(315.731)	(247.989)
Valor adicionado líquido produzido	(12.497)	(3.704)	1.811.804	940.078
Valor recebido em transferência	570.469	(115.618)	189.055	103.844
Resultado de equivalência patrimonial	569.865	(115.653)	-	-
Receitas financeiras	604	35	189.055	103.844
Valor adicionado total a distribuir	557.972	(119.322)	2.000.859	1.043.922
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	36.314	19.320	578.797	367.109
Remuneração direta	35.647	15.324	401.832	278.465
Benefícios	629	3.996	142.345	64.642
FGTS	38	-	34.620	24.002
Impostos, taxas e contribuições	22.275	(11.463)	319.106	445.381
Federais	22.050	(11.850)	(72.865)	(15.062)
Estaduais	-	-	366.293	440.355
Municipais	225	387	25.678	20.088
Remuneração de capitais de terceiros	1.226	4.684	605.125	363.357
Despesas financeiras (juros)	61	4.682	233.440	196.655
Aluguéis	-	-	49.077	4.880
Outras	1.165	2	322.608	161.822
Remuneração de capital próprio	498.157	(131.863)	497.831	(131.925)
Lucros retidos (prejuízos acumulados)	498.157	(131.863)	498.157	(131.863)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(326)	(62)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do Grupo SBF relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto “Grupo”, “Grupo SBF” ou “Companhia”.

Em 15 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das ações, para serem negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação “SBFG3”.

O Grupo SBF e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto (“Grupo”) tem como principais atividades o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, assim como prestação de serviço logístico.

A lista das controladas do Grupo SBF é apresentada abaixo:

	Participação Societária				Atividade
	Direta		Indireta		
	2021	2020	2021	2020	
Controladas					
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	99,96%	99,86%	-	-	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	100,00%	100%	-	-	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	-	-	99,99%	99,99%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	99,00%	99,00%	-	-	Serviços logísticos
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	-	-	Empreendimentos e participações
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipamentos e Acessórios Ltda.	-	-	99,99%	99,99%	Comércio esportivo
Store Engenharia e Instalações Ltda.	100,00%	100,00%	-	-	Serviços de engenharia
NETWORK Participações S.A.	100,00%	-	-	-	Holding
Neotv Prod e Com. De Cont. Audiovisual e Serviços Digitais S.A.	-	-	79,97%	-	Produção audiovisual
Fatality Tv Prod E Com Audiovisual e Serviços Digitais S.A.	-	-	100,00%	-	Produção audiovisual
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A.	-	-	51,00%	-	Produção audiovisual
Falcao Prod e Com De Cont S.A.	-	-	51,00%	-	Produção audiovisual

As principais informações sobre cada uma das empresas que compõe as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 16.



CANAIS DE VENDA:

- Rede física representada por 227 lojas Centauro (211 lojas em 2020);
- Rede física representada por 21 lojas Nike (22 lojas em 2020);
- Comércio eletrônico através do site *centauro.com.br*; e
- Comércio eletrônico através do site *nike.com.br*.

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO:

- Extrema – Minas Gerais
- Jarinu – São Paulo
- João Pessoa – Paraíba
- Duque de Caxias – Rio de Janeiro
- Itajaí – Santa Catarina
- Extrema – Minas Gerais – E-commerce Fisia.
- Louveira – São Paulo – adicionado na aquisição da Fisia

CRIAÇÃO DO ECOSISTEMA DE ESPORTE:

Em 10 de novembro de 2020, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (que inclui representantes dos acionistas detentores do controle acionário da Companhia, correspondendo a aproximadamente 62,5% do total das ações de emissão da Companhia) por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas os termos e condições definitivos da transação de aquisição da totalidade de quotas representativas do capital social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda. ("Nike do Brasil"). Como parte da estratégia de integração e posicionamento de mercado da marca, na mesma data do fechamento da transação, foi aprovada a alteração da razão social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda. para "Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda." ("Fisia"). Todas as informações relacionadas à essa transação foram comunicadas ao mercado por meio de fatos relevantes publicados em 02 de fevereiro de 2020, 14 de agosto de 2020, 04 de novembro de 2020 e 1º de dezembro de 2020. Demais informações da operação podem ser observadas na nota explicativa nº 2 – Aquisição Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.

No dia 12 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da Network Participações S.A., controladora das entidades legais NeoTV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A., Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A., Fatality TV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. e Falcão Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. (em conjunto "Grupo NWB"). Demais detalhes sobre esta aquisição podem ser observadas na nota explicativa nº 3 – Aquisição Network Participações S.A.

1.1 CORONAVÍRUS ("COVID-19")

Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020 e desde então os governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a



disseminação do vírus e criando pacotes de estímulos econômicos. Da mesma forma, o Grupo vem acompanhando o cenário com perspectiva de alavancagem impulsionada pelo crescimento nas vendas principalmente no e-commerce. As medidas adotadas desde 2020, como a criação de comitê de crise, fechamento e posterior reabertura gradual das lojas, reforço de caixa, negociação com fornecedores, entre outras, foram fatores que contribuíram para o plano de preservação dos colaboradores, parceiros e das operações do Grupo.

Além dessas medidas, tomadas substancialmente em 2020 e adaptadas conforme a evolução do cenário em 2021, o Grupo, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020 e 01/2021, analisou os principais riscos e incertezas advindos da COVID-19 frente às suas informações financeiras e não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional.

O Grupo continuará, ao longo de 2022, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da COVID-19, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem aumento da percepção do risco de crédito. Eventuais mudanças que deteriore o ambiente econômico e de negócios, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem acarretar perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros. Os impactos relacionados ao anúncio do período pós-pandêmico não são facilmente quantificados, principalmente devido ao rápido e constantemente desenvolvimento da situação. Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias, em especial aqueles decorrentes da pandemia da COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e global e poderia, entre outras consequências, (i) tornar mais difícil ou oneroso para o Grupo obter financiamento para as operações ou refinar a dívida no futuro; (ii) prejudicar a condição financeira de clientes e fornecedores; e (iii) reduzir os programas de investimentos. O Grupo mantém constante monitoramento sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital (nota explicativa nº 32). Adicionalmente, a Administração da Companhia mantém um permanente monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 8) e a disponibilidade de linhas de crédito que permitem administrar seu nível de endividamento (nota explicativa nº 33).

2. AQUISIÇÃO FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA.

Em 10 de novembro de 2020, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (que inclui representantes dos acionistas detentores do controle acionário da Companhia, correspondendo a aproximadamente 62,5% do total das ações de emissão da Companhia) por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas os termos e condições definitivos da transação de aquisição da totalidade de quotas representativas do capital social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda. ("Nike do Brasil"), originalmente detidas pela Nike Galaxy Holding B.V. e Nike Group Holding B.V., subsidiárias indiretas da Nike, Inc.. Como parte da estratégia de integração e posicionamento de mercado da marca, na mesma data do fechamento da transação, foi aprovada, a alteração da razão social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda. para "Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda." ("Fisia"). Todas as informações relacionadas à essa transação, foram comunicadas ao mercado, por meio de fatos relevantes publicados em 02 de fevereiro de 2020, 14 de agosto de 2020, 04 de novembro de 2020 e 1º de dezembro de 2020.

Após o processo de negociação que precedeu ao fechamento da transação, as partes aditaram determinados termos e condições do “Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças” celebrado em 06 de fevereiro de 2020 com o propósito de, dentre outros aspectos, (i) autorizar que as quotas de emissão da Fisia passassem a ser adquiridas pela Companhia e (ii) acordar determinados critérios que serviram de base para a contraprestação pela aquisição que foi desembolsada pela Companhia em favor da vendedora na data de 30 de novembro de 2020. O preço desembolsado de R\$ 1.219.343 foi calculado a partir da estimativa apresentada pela vendedora das contas do balanço da Fisia, tendo a data do “closing” 30 de novembro de 2020, como data base para tal estimativa. Considerando a posição estimada na data base do fechamento contábil da Fisia, foi efetuada a verificação posterior das contas do balanço, na qual a Companhia mensurou o valor de R\$ 79.192 como contraprestação a ser devolvida pela vendedora. O valor desta contraprestação foi negociado e pago pela vendedora em 19 de abril de 2021.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A aprovação do CADE ocorreu em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 880/2020 da Superintendência Geral.

A Companhia concluiu o processo de aquisição em 1º de dezembro de 2020. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. (“Nike”) e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike, podendo abrir e operar lojas Nike no território brasileiro pelo período inicial de 5 (cinco) anos. A conclusão da operação é um marco na história do Grupo, pois representa um aumento significativo de crescimento, ampliação da multicanalidade, como também um largo avanço estratégico na criação do ecossistema do esporte, que em resumo é como o Grupo pretende auxiliar na conexão por diversas formas, sendo comércio, serviços, entretenimento e outros quem tem ou deseja ter um relacionamento direto ou indireto com o esporte.

Os custos incorridos na operação para efetivar a combinação de negócios, diretamente relacionados à aquisição da Fisia (incluindo despesas administrativas, gerais e de vendas na demonstração do resultado) para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 23.305.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição, está demonstrado a seguir:

a. Contraprestação transferida e contraprestação contingente

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 1.642.749, sendo:

- **Contraprestação bruta transferida em dinheiro:** foram pagos R\$ 1.219.343 no “closing” do processo de aquisição baseado em projeções da melhor estimativa com confiabilidade;
- **Contraprestação a ser devolvida:** o valor inicial de aquisição foi calculado com o balanço previsto para a data base definida, conforme contrato entre as partes. Após o fechamento oficial do balanço e atualização dos dados projetados, foi apurado o valor de R\$ 79.194 pago a maior pela Companhia. Esse montante foi liquidado pela vendedora no ano de 2021, não restando mais nenhum valor a ser ressarcido na data-base; e
- **Contraprestação contingente:** a Companhia concordou em pagar à vendedora um valor de R\$ 502.599 mediante utilização de tributos a compensar já registrados contabilmente pela adquirida antes da aquisição, durante o período de exploração do contrato de distribuição, cujo valor foi registrado em outras contas a pagar.

b. Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição

A Companhia, em conformidade com o disposto no artigo nº 8, da Lei nº 6.404/76, contratou uma empresa independente para avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. Em setembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de mensuração e determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. A seguir são apresentados os valores justos reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	30/11/2020		
	Fisia	Alocações	Valor justo
<i>Ativo circulante</i>			
Caixa e equivalentes	200.342	-	200.342
Clientes	647.530	-	647.530
Estoques (a)	479.372	6.973	486.345
Tributos a compensar	569.383	-	569.383
Outras contas a receber	43.129	-	43.129
<i>Ativo não circulante</i>			
Imobilizado e intangível	30.544	-	30.544
Direito de uso (b)	12.437	164.821	177.258
Outros valores a receber (e)	-	33.600	33.600
Total do ativo	1.982.737	205.394	2.188.131
<i>Passivo circulante</i>	322.891	-	322.891
<i>Passivo não circulante</i>			
Provisão para riscos (c)	4.679	27.814	32.493
Provisão para riscos (e)	-	33.600	33.600
Provisão para royalties (d)	-	157.395	157.395
Total do passivo	327.570	218.809	546.379
Total líquido dos ativos identificáveis			1.641.752

- (a) Alocação relacionada a mais valia nos estoques;
- (b) Alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca “Nike”, veja detalhes da alocação na nota explicativa nº 18;
- (c) A controlada Fisia possui processos tributários e trabalhistas e, de acordo com o julgamento da Companhia e dos seus assessores jurídicos, esses processos se encontram classificados com probabilidade de perda possível, e foram considerados como passivos contingentes para fins de avaliação do PPA (*Purchase Price Allocation*).
- (d) A alocação refere-se a um passivo relacionado aos valores de royalties e de despesas com serviços e assessoria de marketing identificados e calculados pela exploração da exclusividade do direito de distribuição.
- (e) Na avaliação dos valores justos dos ativos e passivos, foi identificadas contingências passivas com prognóstico possível a serem contabilizadas, conforme determinação da norma IFRS 3 (R) /CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, no montante de R\$33.600. Tais contingências são passíveis de indenização por parte da Nike Inc. e, portanto, a adquirente Grupo SBF - controladora reconheceu um ativo por indenização na rubrica de *Outros valores a receber*, mensurado nas mesmas bases das contingências passivas.

c. Receitas e resultados consolidados

O Grupo, a partir da data da aquisição, considerou na preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes referentes ao último mês de 2020, os resultados de receita líquida e lucro líquido, nos valores de R\$ 168.367 e R\$ 14.959, respectivamente. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, a Administração estima que a receita operacional líquida seria de R\$ 1.882.688 e o prejuízo líquido seria de R\$ (49.331).

d. Conclusão da avaliação

Contraprestação transferida	1.642.749
Valor justo do ativos líquidos adquiridos	1.641.752
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	997

Em setembro de 2021, após a conclusão de avaliação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos na combinação de negócio aqui apresentada, realizada por consultores externos em processo independente, a Companhia concluiu o processo de combinação de negócios. Os efeitos financeiros dos ajustes efetuados entre o reconhecimento inicial da aquisição da Fisia e a conclusão da avaliação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos na combinação de negócio estão demonstrados abaixo:

	Valor justo apresentado no reconhecimento inicial	Valor justo na conclusão da avaliação	Ajustes efetuados
<i>Ativo circulante</i>			
Caixa e equivalentes	200.342	200.342	-
Clientes	647.530	647.530	-
Estoques (a)	486.345	486.403	(58)
Tributos a compensar	569.383	569.383	-
Outras contas a receber	43.129	43.129	-
<i>Ativo não circulante</i>			
Imobilizado e intangível	30.544	30.544	-
Direito de uso (b)	177.258	178.845	(1.587)
Outros valores a receber (e)	33.600	-	33.600
Total do ativo	2.188.131	2.156.176	31.955
<i>Passivo circulante</i>			
	322.891	310.922	11.969
<i>Passivo não circulante</i>			
Provisão para riscos (c)	32.493	32.534	(41)
Provisão para riscos (e)	33.600	-	33.600
Provisão para royalties (d)	157.395	173.532	(16.137)
Total do passivo	546.379	516.988	29.391
Total líquido dos ativos identificáveis	1.641.752	1.639.188	2.564



	Valor justo apresentado no reconhecimento inicial	Valor justo na conclusão da avaliação	Ajustes efetuados
Contraprestação transferida	1.639.543	1.642.749	(3.206)
Contraprestação bruta transferida em dinheiro	1.219.343	1.219.343	-
Contraprestação a ser devolvida	(82.399)	(79.194)	(3.206)
Contraprestação contingente	502.599	502.599	-

3. AQUISIÇÃO NETWORK PARTICIPAÇÕES S.A.

No dia 12 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da Network Participações S.A. ("Transação"), controladora das entidades legais NeoTV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A., Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A., Fatality TV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. e Falcão Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. (em conjunto "Grupo NWB"), pelo valor de R\$ 60 milhões, sujeito a determinados ajustes de preço com base no capital de giro, caixa e endividamento do Grupo NWB.

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia e a Network Participações S.A, efetivaram o fechamento da transação de compra e venda, mediante o cumprimento de todas as condições precedentes relevantes, incluindo a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), ocorrida em 18 de janeiro de 2021. A conclusão da operação é mais um passo para a Companhia, pois representa um avanço estratégico na criação do ecossistema do esporte, começando com a produção do entretenimento e marketing digital tendo um maior aproximação e alcance com o público do esporte.

Os custos incorridos na operação para efetivar a combinação de negócios, diretamente relacionados à aquisição da NWB (incluindo despesas administrativas, gerais e de vendas na demonstração do resultado) para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.544 (R\$ 850 em 31 dezembro de 2020).

De acordo com o IFRS 3 (R) /CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, passivos assumidos, mensurados na data de aquisição, e das participações das empresas adquiridas.

a. Contraprestação transferida

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 63.493, sendo:

- R\$ 42.330 pagos em dinheiro na data de conclusão do processo;
- R\$ 3.850 pagos após análise preliminar da Companhia;
- R\$ 1.245 como valor retido pela Companhia para garantir ajustes do preço de compra, que foi liquidado após a apuração do valor final do ajuste de preço;
- R\$ 6.225 depositados em garantia, para assegurar possíveis obrigações indenizatórias dos vendedores; e
- R\$ 9.843 como preço diferido em 5 anos, podendo ser pago em dinheiro ou ações.



Os valores ainda não pagos em dinheiro não serão atualizados monetariamente, exceto pelo depósito em garantia sendo que, enquanto segurados, serão atualizados conforme o tipo de investimento escolhido.

b. Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição

A Companhia, em conformidade com o disposto no artigo nº 8, da Lei nº 6.404/76, contratou uma empresa independente para avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. A seguir são apresentados os valores justos reconhecidos como ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	28/02/2021		
	NWB	Alocações	Valor Justo
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes	4.709	-	4.709
Contas a receber	1.542	-	1.542
Tributos a compensar	1.812	-	1.812
Outras contas a receber	139	-	139
Ativo não circulante			
Imobilizado	694	-	694
Intangível			
Software	31	-	31
Marcas, direitos e patentes	-	5.887	5.887
Carteira de clientes	-	2.008	2.008
Tecnologia (Know-how)	-	11.618	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	39.121	39.121
Total ativo	8.927	58.634	67.561
Passivo circulante			
Fornecedores	997	-	997
Obrigações tributárias	156	-	156
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	20	-	20
Outras contas a pagar	2.895	-	2.895
Total passivo	4.068	-	4.068
Total líquido dos ativos líquidos identificáveis	-	-	63.493

(*) O balanço de abertura acima foi alterado em relação ao primeiro trimestre devido a atualização do laudo de avaliação de ativos e passivos.

Juntamente com a aquisição do grupo Network, a Companhia adquiriu um contrato de criação de conteúdo digital direcionado ao público do esporte. Este contrato foi registrado no ativo intangível com base no valor residual entre o preço da aquisição e o acervo líquido adquirido.

c. Receitas e resultados consolidados

O Grupo, a partir da data da aquisição em fevereiro de 2021, considerou na preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes referentes aos resultados de receita líquida e lucro líquido, nos valores de R\$ 28.192 e R\$ 190, respectivamente.

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, a Administração estima que a receita operacional líquida seria de R\$ 30.089 e o prejuízo do exercício seria de R\$ (1.665).



4. BASE DE PREPARAÇÃO

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo; e
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da demonstração do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.





4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 19 – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; e

Nota explicativa nº 20 – operações de *reverse factoring*: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa.

b) **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas e relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período dos próximos 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas nº 2 e 3** – aquisição de controladas - valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória;
- **Nota explicativa nº 14** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 15** - reconhecimento e mensuração de provisão para contencioso: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 17** - teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.





(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 28 - transações de pagamentos baseadas em ações; e

Nota explicativa nº 33 – gerenciamento de riscos e instrumentos derivativos.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

a.	Base de consolidação	50
b.	Transações em moeda estrangeira	52
c.	Ajuste a valor presente	52
d.	Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita	52
e.	Receita de contrato com cliente	53
f.	Receitas e despesas com fretes	54
g.	Benefícios a empregados	54
h.	Subvenção governamental	55
i.	Receitas financeiras e despesas financeiras	55
j.	Impostos de renda e contribuição social	55
k.	Estoques	56
l.	Imobilizado	57
m.	Ativos intangíveis	57
n.	Instrumentos financeiros	58



o. Empréstimos e financiamentos	61
p. Lucro por ação.....	62
q. Redução ao valor recuperável (impairment)	62
r. Provisões	64
s. Arrendamentos.....	64
t. Mensuração do valor justo	64

a. Base de consolidação

(i) **Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.



(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.





Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo; e
- um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

c. Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

d. Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

A Administração determinou que o CEO é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais do Grupo, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base do Grupo. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.





Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil.

e. Receita de contrato com cliente

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

- **Venda de mercadorias no varejo:** o Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias no Atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca “NIKE” em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição.

Os produtos NIKE podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes.

- **Venda de mercadorias por meio do e-commerce:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br e nike.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Serviços prestados:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa nº 29.





f. Receitas e despesas com fretes

As receitas com fretes cobrados de clientes no envio de mercadorias adquiridas no canal de e-commerce são reconhecidas como receitas, na rubrica de serviços prestados. Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

Transações de pagamento baseado em ações

Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 (“Programa 2015”). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programa 2016”). No dia 20 de setembro de 2019, foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019, o segundo plano de 2019 (“Programa 2019”).

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 (“Segundo Programa 2020”), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 (“Primeiro Programa 2020”).

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).





h. Subvenção governamental

A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de centros de distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Os investimentos possuem como contrapartida a redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses Estados. A partir de 1º de julho de 2021, a Companhia efetuou a migração das operações do e-commerce da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pelo e-commerce são realizadas com crédito presumido de ICMS.

No 3º trimestre de 2021, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação – RET da controlada SBF Comércio, com mesmo número, e-PTA-RE nº 45.000003011-16, que, dentre as alterações, a mais significativa foi a do artigo 54, sobre o prazo de vigência do benefício por prazo indeterminado.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

j. Impostos de renda e contribuição social

As empresas do Grupo SBF são tributadas com base no lucro real conforme legislação vigente onde o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos





impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e coligadas na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos do Grupo é constituída por meio do histórico de perdas reais a nível de loja, grupo de produtos e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Se o





potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

l. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	2-10 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	9 anos
Computadores e periféricos	4 anos
Veículos	5 anos

(*) as vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalecendo das duas a menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

m. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.





(ii) Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Representa os valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Os softwares referem-se aos gastos com licenças do sistema de gestão empresarial.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas e patentes	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

n. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(i) **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros,





e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isto inclui todos os instrumentos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 33). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(ii) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR - mensurados subsequentemente ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. No entanto, veja a nota explicativa nº 11 para derivativos designados como instrumento de hedge.
- Ativos financeiros a custo amortizado - mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA - esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA - esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e



perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a



expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

o. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer dos segmentos entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.



p. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias dilutivas.

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da controladora, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

q. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O Grupo considera que esta seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.





Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito, por conterem baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.





(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

r. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

s. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o





Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua





avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

t. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, veja nota explicativa nº 33.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.



Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Novas normas foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, por entender não haver impacto significativos em suas demonstrações financeiras.

- a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); e
- b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).
- c) Outras normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:
 - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
 - Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
 - Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS practice statement 2); e
 - Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7. RETIFICAÇÃO DE ERROS

Durante o exercício de 2021, o Grupo identificou ajustes contábeis relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2020 em decorrência de desvios em relação as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desta forma, os saldos em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2020 foram ajustados em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis com o objetivo de corrigir os seguintes erros:

Controladora

- (a) Reclassificação dos impactos da aquisição da controlada Física para atividades de investimentos nas demonstrações de fluxos de caixa originalmente apresentados em atividades operacionais;
- (b) Reconhecimento de despesas com pessoal e respectiva contribuição de capital feita pela Companhia relacionado à remuneração de pagamento baseado em ações do pessoal chave

da administração liquidado em instrumentos patrimoniais da Companhia para os quais os serviços foram parcialmente tomados pela controlada SBF Comércio; e

- (c) Efeito no resultado de equivalência patrimonial da controladora em função de ajustes ocorridos no resultado do exercício das controladas do Grupo conforme itens (e), (f), (g) e (h) descritos a seguir:

Consolidado

- (d) Reclassificação dos impactos da aquisição da controlada Física para atividades de investimento nas demonstrações de fluxos de caixa originalmente apresentados em atividades operacionais;
- (e) O Grupo SBF efetuava o cálculo da despesa de depreciação dos ativos imobilizados de benfeitorias em imóveis de terceiros pelo método linear, considerando a vida útil fiscal de 20 anos. A Administração remensurou a vida útil dos respectivos ativos levando em consideração a vida útil econômica individual dos ativos e os prazos determinados dos contratos de arrendamento subjacentes;
- (f) Remensurações de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento para os contratos de arrendamento em que o Grupo está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogação, considerando inclusive a análise de fatores como incentivos econômicos associados com os efeitos da determinação das novas vidas úteis estimadas dos ativos subjacentes de benfeitorias em imóveis de terceiros conforme descrito no item (e);
- (g) Reversão parcial de ativo fiscal diferido constituído em exercícios anteriores pela controlada Store cuja utilização não era provável.
- (h) Reversões de receitas reconhecidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para as quais as obrigações de desempenho só foram integralmente cumpridas no mês imediatamente posterior no exercício subsequente.
- (i) Na demonstração de valor adicionado: a classe de outras distribuições relacionada a distribuição do valor adicionado foi agrupada em remuneração de capitais de terceiros, assim como outras receitas originalmente apresentado em valor recebido em transferência foi reclassificado para receitas, para fins de melhor comparabilidade das informações apresentadas; e
- (j) Na demonstração de fluxo de caixa das atividades operacionais, as variações nos ativos e passivos foram reclassificadas para ajustar o prejuízo do exercício para fins de melhor comparabilidade das informações apresentadas. Adicionalmente, o montante de juros de arrendamento pagos foram reclassificados da atividades de financiamento para atividades operacionais.

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2020 e saldo de abertura de 1º de janeiro de 2020:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020

Ativo	Referência	Controladora		Consolidado			
		31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo circulante							
Contas a receber	(h)	34.524	-	34.524	972.911	(24.483)	948.428
Estoques	(h)	-	-	-	890.780	10.695	901.475
Outros ativos		82.640	-	82.640	1.425.348	-	1.425.348
Total do ativo circulante		117.164	-	117.164	3.289.039	(13.788)	3.275.251
Ativo não circulante							
Ativo fiscal diferido	(g)	20.908	-	20.908	453.950	(9.128)	444.822
Outros ativos não circulante		98	-	98	474.572	-	474.572
Total do realizável a longo prazo		21.006	-	21.006	928.522	(9.128)	919.394
Investimentos	(c)	2.731.430	(229.401)	2.502.029	-	-	-
Imobilizado	(e)	2	-	2	516.496	(220.141)	296.355
Intangível		108	-	108	305.631	-	305.631
Direito de uso	(f)	-	-	-	1.154.172	23.594	1.177.766
Total do ativo não circulante		2.752.546	(229.401)	2.523.145	2.904.821	(205.675)	2.699.146
Total do ativo		2.869.710	(229.401)	2.640.309	6.193.860	(219.463)	5.974.397
Passivo							
Passivo circulante							
Obrigações tributárias	(h)	42	-	42	164.103	(5.679)	158.424
Passivos a descoberto em controladas	(c)	315.082	9.128	324.210	-	-	-
Outros passivos		604.282	-	604.282	1.688.175	-	1.688.175
Total do passivo circulante		919.406	9.128	928.534	1.852.278	(5.679)	1.846.599
Passivo não circulante							
Arrendamentos a pagar	(f)	-	-	-	1.081.641	24.830	1.106.471
Outros passivos não circulante		-	-	-	1.309.255	-	1.309.255
Total do passivo não circulante		-	-	-	2.390.896	24.830	2.415.726

Patrimônio líquido

Capital social	1.815.485	-	1.815.485	1.815.485	-	1.815.485
Reservas de capital	194.460	-	194.460	194.460	-	194.460
Reservas de lucros	3.929	(3.929)	-	3.929	(3.929)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	11.580	-	11.580	11.580	-	11.580
Prejuízos acumulados	(75.150)	(234.600)	(309.750)	(75.150)	(234.600)	(309.750)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.950.304	(238.529)	1.711.775	1.950.304	(238.529)	1.711.775
Participações de acionistas não Controladores	-	-	-	382	(85)	297
Total do patrimônio líquido	1.950.304	(238.529)	1.711.775	1.950.686	(238.614)	1.712.072
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.869.710	(229.401)	2.640.309	6.193.860	(219.463)	5.974.397

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2020

	Referência	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas líquidas	(h)	-	-	-	2.406.863	(18.805)	2.388.058
Custo das vendas e dos serviços prestados	(h)	-	-	-	(1.356.766)	10.695	(1.346.071)
Lucro bruto		-	-	-	1.050.097	(8.110)	1.041.987
Receitas (despesas) operacionais							
Vendas	(e) / (f)	-	-	-	(855.226)	(7.640)	(862.866)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	-	-	(327)	-	(327)
Administrativas e gerais	(e)	(12.004)	-	(12.004)	(250.980)	(437)	(251.417)
Outras (despesas) receitas operacionais	(b)	(24.880)	12.700	(12.180)	(16.343)	-	(16.343)
Resultado com equivalência patrimonial	(c)	(83.844)	(31.809)	(115.653)	-	-	-
Prejuízo operacional		(120.728)	(19.109)	(139.837)	(72.779)	(16.187)	(88.966)
Receitas financeiras		35	-	35	102.327	-	102.327
Despesas financeiras	(f)	(4.682)	-	(4.682)	(231.505)	(2.015)	(233.520)
Despesas financeiras líquidas		(4.647)	-	(4.647)	(129.178)	(2.015)	(131.193)

Prejuízo antes dos impostos		(125.375)	(19.109)	(144.484)	(201.957)	(18.202)	(220.159)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	-	(208.691)	-	(208.691)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(g)	12.621	-	12.621	297.843	(918)	296.925
Prejuízo do exercício		(112.754)	(19.109)	(131.863)	(112.805)	(19.120)	(131.925)
Acionistas controladores		(112.754)	(19.109)	(131.863)	(112.754)	(19.109)	(131.863)
Acionistas não controladores		-	-	-	(51)	(11)	(62)
		(112.754)	(19.109)	(131.863)	(112.805)	(19.120)	(131.925)
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia							
Lucro (prejuízo) básico por ação (média ponderada)				-	(0,49)	(0,09)	(0,58)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (média ponderada)					(0,49)	(0,09)	(0,58)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Referência	Controladora		Consolidado			
		31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício		(112.754)	(19.109)	(131.863)	(112.805)	(19.120)	(131.925)
Ajustado por:							
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	(e)	9	-	9	100.469	9.053	109.522
Amortização do direito de uso	(f)	-	-	-	139.443	(976)	138.467
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(j)	-	-	-	-	327	327
Resultado de equivalência patrimonial	(a)	83.844	33.320	117.164	-	-	-
Pagamento baseado em ações	(b)	23.371	(12.700)	10.671	23.371	-	23.371
Juros sobre arrendamento mercantil	(f) / (j)	-	-	-	101.636	(4.439)	97.197
Constituição líquida de provisão para contencioso	(d)	-	-	-	57.766	(32.534)	25.232
Imposto de renda e contribuição social corrente	(i)	-	-	-	-	208.691	208.691
Outros ajustes no prejuízo líquido do exercício		(12.583)	-	(12.583)	(252.937)	-	(252.937)
		(18.113)	1.511	(16.602)	56.943	161.002	217.945
Variações em:							
Contas a receber	(d) / (h)	1.596	-	1.596	(407.148)	671.686	264.538
Estoques	(d) / (h)	-	-	-	(488.431)	475.708	(12.723)
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	(d) / (g)	(5)	-	(5)	(280.625)	576.755	296.130
Outras contas a receber	(d)	(82.399)	82.399	-	(123.677)	125.528	1.851

Fornecedores	(d)	38	-	38	(12.758)	(132.685)	(145.443)
Obrigações tributárias, Imposto de renda e contribuição social a recolher	(d) / (j)	(77)	-	(77)	352.295	(316.908)	35.387
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(d)	(122)	-	(122)	(57.630)	(23.200)	(80.830)
Outras contas a pagar	(d)	506.995	(502.599)	4.396	561.633	(539.829)	21.804
Outras Obrigações	(d)	-	-	-	204.639	(173.532)	31.107
Outras variações nos ativos e passivos		(62)	-	(62)	(90.163)	-	(90.163)
Variação nos ativos e passivos:		425.964	(420.200)	5.764	(341.865)	663.523	321.658
Juros pagos sobre arrendamento	(j)	-	-	-	-	(97.197)	(97.197)
Outros pagamentos		-	-	-	(223.909)	-	(223.909)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		407.851	(418.689)	(10.838)	(508.831)	727.328	218.497
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Adições de ativo imobilizado	(d)	(2)	-	(2)	(147.233)	42.543	(104.690)
Adições no intangível	(d)	(108)	-	(108)	(228.312)	179.421	(48.891)
Aquisição de controladora líquido do caixa recebido	(a) / (d)	(1.667.134)	447.791	(1.219.343)	-	(1.019.001)	(1.019.001)
Ágio na Aquisição Fisia	(a) / (d)	(355)	355	-	(355)	355	-
Alocações de ativos e passivos - aquisição Fisia	(a)	27.947	(27.947)	-	-	-	-
Amortizações de ativos e passivos - aquisição Fisia	(a)	1.510	(1.510)	-	-	-	-
Diminuição de aplicações financeiras		-	-	-	212	-	212
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.638.142)	418.689	(1.219.453)	(375.688)	(796.682)	(1.172.370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos							
Arrendamentos Pagos	(d) / (j)	-	-	-	(127.999)	69.354	(58.645)
Outras atividades de financiamento		1.230.468	-	1.230.468	1.421.505	-	1.421.505
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		1.230.468	-	1.230.468	1.293.506	69.354	1.362.860
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		177	-	177	408.987	-	408.987
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		18	-	18	105.308	-	105.308
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		195	-	195	514.295	-	514.295
Transações que não afetaram caixa							
Outras contas a pagar por aquisição de controlada	(a)	-	(502.599)	(502.599)	-	(502.599)	(502.599)
Outras contas a receber por reembolso de pagamento a maior de aquisição de controlada	(a)	-	82.399	82.399	-	82.399	82.399
Outras transações que não afetaram caixa		(680.962)	-	(680.962)	(9.431)	-	(9.431)

Demonstrações de valor adicionado em 31 de dezembro de 2020

	Referência	Controladora		Consolidado			
		31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas		-	(1.510)	(1.510)	3.075.039	(6.202)	3.068.837
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	(h)	-	-	-	3.075.039	(24.483)	3.050.556
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	-	-	-	(327)	(327)
Outras receitas	(i)	-	(1.510)	(1.510)	-	18.608	18.608
Insumos adquiridos de terceiros		(2.185)	-	(2.185)	(1.891.791)	11.021	(1.880.770)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(h)	-	-	-	(1.469.988)	10.694	(1.459.294)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.185)	-	(2.185)	(395.181)	-	(395.181)
Perda de valores ativos		-	-	-	(26.622)	327	(26.295)
Valor Adicionado Bruto		(2.185)	(1.510)	(3.695)	1.183.248	4.819	1.188.067
Depreciação e amortização	(e) / (f)	(9)	-	(9)	(239.912)	(8.077)	(247.989)
Valor adicionado líquido produzido		(2.194)	(1.510)	(3.704)	943.336	(3.258)	940.078
Valor recebido em transferência		(85.319)	(30.299)	(115.618)	122.452	(18.608)	103.844
Resultado de equivalência patrimonial		(83.844)	(31.809)	(115.653)	-	-	-
Receitas financeiras		35	-	35	103.844	-	103.844
Outras receitas operacionais	(i)	(1.510)	1.510	-	18.608	(18.608)	-
Valor adicionado total a distribuir		(87.513)	(31.809)	(119.322)	1.065.788	(21.866)	1.043.922
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal		32.020	(12.700)	19.320	367.109	-	367.109
Remuneração direta	(b)	28.024	(12.700)	15.324	278.465	-	278.465
Pessoal - outros		3.996	-	3.996	88.644	-	88.644
Impostos, taxas e contribuições		(11.463)	-	(11.463)	450.142	(4.761)	445.381
Federais	(h) / (g)	771	(12.621)	(11.850)	283.787	(298.849)	(15.062)
Estaduais	(h)	-	-	-	444.110	(3.755)	440.355
Municipais		387	-	387	20.088	-	20.088
Impostos diferidos	(g)	(12.621)	12.621	-	(297.843)	297.843	-

Remuneração de capitais de terceiros		4.682	2	4.684	312.257	51.100	363.357
Despesas financeiras (juros)	(i) / (f)	4.682	-	4.682	307.377	(110.722)	196.655
Aluguéis	(i)	-	-	-	4.880	-	4.880
Outras	(i)	-	2	2	-	161.822	161.822
Viagens e estadia	(i)	-	-	-	6.559	(6.559)	-
Seguros e Indenizações	(i)	2	(2)	-	7.940	(7.940)	-
Outras despesas	(i)	-	-	-	34.586	(34.586)	-
Remuneração de capital próprio		(112.754)	-	(131.863)	(112.805)	(19.120)	(131.925)
Prejuízos acumulados		(112.754)	(19.109)	(131.863)	(112.754)	(19.109)	(131.863)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		-	-	-	(51)	(11)	(62)

As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido foram rerepresentadas em decorrência dos ajustes no prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro 2020 e saldo de abertura de 1º de janeiro de 2020.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixas e investimentos financeiros de curto prazo com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Caixas	-	-	6.091	8.598
Bancos	200	195	76.365	357.249
Aplicações financeiras	61.888	-	466.891	148.448
Total	62.088	195	549.347	514.295

As aplicações financeiras de curto prazo que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que ficam em média 56,25% para aplicações diárias (54% em aplicações diárias 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. CONTAS A RECEBER

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, recebíveis de cartão de crédito e duplicatas a receber pela distribuição de atacado.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (nota explicativa nº 33).

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Administradora de cartão de crédito	(a)	-	-	1.144.638	804.502
Duplicatas a receber		-	-	159.571	151.018
Duplicatas a receber - empresas do grupo	(nota 12)	28.346	34.524	-	-
Subtotal		28.346	34.524	1.304.209	955.520
Provisão para perda de crédito esperada		-	-	(3.138)	(3.799)
Ajuste a valor presente		-	-	-	(3.293)
		28.346	34.524	1.301.071	948.428

- (a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. O Grupo possui operações de vendas de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que o Grupo entende que tem a necessidade de caixa imediato. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo de venda de recebíveis (R\$ 4.241 em 31 de dezembro de 2020).

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 32 no montante de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.720 em 31 de dezembro de 2020).

O Grupo registra provisão para perda de crédito esperada apenas para as operações de distribuição do atacado da controlada Física, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes

considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito avaliado pelo mercado. As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda histórica, das vendas ao atacado:

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
Saldo inicial	(3.799)	-
Aquisição Física	-	(2.481)
Constituição	(359)	(1.318)
Baixas	1.020	-
Saldo final	(3.138)	(3.799)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2021	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda es- perada	Com problemas recuperação
Reserva específica	2.686	100,00%	2.686	Sim
Recebíveis de atacado	159.296	0,2838%	452	Não
Recebíveis de varejo	1.142.227	0,0000%	-	Não
Total	1.304.209		3.138	

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2020 (Reapresentado)	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	2.019	100,00%	2.019	Sim
Recebíveis de atacado	456.392	0,39%	1.780	Não
Recebíveis de varejo	521.592	0,00%	-	Não
Total	980.003		3.799	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2021
Vencidos acima de 120 dias	2.499
Vencidos acima de 90 dias	548
Vencidos até 90 dias	525
Vencidos até 60 dias	2.464
Vencidos até 30 dias	2.053
A vencer até 30 dias	544.184
A vencer de 31 a 60 dias	364.849
A vencer de 61 a 90 dias	145.943
A vencer de 91 a 120 dias	71.019
A vencer de 121 a 180 dias	90.464
A vencer de 181 dias até 365 dias	79.661
Total	1.304.209

10. ESTOQUES – CONSOLIDADO

Os estoques são armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. As perdas em estoques são estimadas com base no histórico de perdas reais a nível de loja, grupo de produtos e categoria de produtos, bem como no tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração. Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Mercadoria de revenda (lojas)	376.487	234.598
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	491.209	651.973
Importação em andamento	166.215	4.004
Almoxarifado	8.425	5.439
Outros	-	5.461
Total	1.042.336	901.475

Movimentação de provisão para perdas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Saldo inicial	(30.235)	(11.604)
Aquisição Física	-	(13.693)
Adição	(36.293)	(26.195)
Perdas efetivas nos estoques	47.008	21.257
Saldo final	(19.520)	(30.235)

O Grupo constituiu provisão de R\$ 36.293 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 26.195 em 31 de dezembro de 2020). A provisão de R\$ 19.520 (R\$ 30.235 em 31 de dezembro de 2020) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a rotatividade dos produtos. O montante de R\$ 47.008 (R\$ 21.257 em 31 de dezembro de 2020) representa as perdas efetivas, baixado das rubricas mercadoria para revenda e provisão.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Ativo	29.259	11.580
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Passivo	(4.617)	-

As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações conforme planejamento estratégico do Grupo, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional.

A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge).



As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 33.

12. TRIBUTOS A COMPENSAR – CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS (a)	64.042	207.370
PIS (b)	93.195	87.615
COFINS (b)	424.491	402.218
IRRF	1.947	7.300
INSS	17.633	8.258
IOF	-	2
Ativo circulante	601.308	712.763
ICMS	270.044	58.154
PIS	13.635	47.868
COFINS	62.799	314.181
(-) Redução crédito PIS e COFINS (b)	(73.497)	(72.332)
Ativo não circulante	272.981	347.871
Total a compensar	874.289	1.060.634

- (a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes das controladas SBF Comércio e Física e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.
- (b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão e com base neste entendimento, a Companhia com base na opinião dos seus advogados externos classificou o êxito como provável.

No segundo trimestre de 2019, a controlada SBF Comércio tomou conhecimento do trânsito em julgado favorável de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em relação a ação proposta pela controlada em relação ao tema, possibilitando o reconhecimento de crédito tributário de PIS e COFINS passível de mensuração confiável no montante bruto de R\$ 675.017 relativos ao período de apuração de 2004 a 2019. Houve também o registro de uma provisão no valor de R\$ 72.332, reduzindo do valor do crédito, totalizando desta forma um saldo líquido de R\$ 602.685, por estar no aguardo de uniformização jurisprudencial.

No quarto trimestre de 2019, a controlada Física tomou conhecimento do trânsito em julgado favorável de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em relação a ação proposta pela controlada em relação ao tema, possibilitando o reconhecimento de créditos de PIS e COFINS passível de mensuração confiável no montante de R\$ 318.435 relativos ao período de apuração de 2009 a 2017.

As controladas mensuraram e reconheceram tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Em maio de 2021, houve a decisão de repercussão geral do STF, corroborando com a decisão dos processos citados acima, como transitado em julgado.

No exercício de 2020, as controladas da Companhia iniciaram a utilização dos créditos por meio de pedidos de compensação. No mais, as controladas da Companhia vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas

premissas anteriormente destacadas.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R\$ 326.966, e a expectativa de utilização desses créditos é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

Adicionalmente, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito, são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no critério de essencialidade definido jurisprudencialmente, considerando a decisão proferida pelo STJ no Resp. 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR – CONSOLIDADO

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL s/ Selic	85.771	-
IRPJ/CSLL	41.129	40.037
Total	126.900	40.037
Circulante	9.773	40.037
Não circulante	117.127	-

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria em seu Plenário para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, quando do julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), afetado pela dinâmica da repercussão geral. As controladas da Companhia SBF Comércio e Física, ajuizaram ação judicial durante os anos de 2018 e 2019, com o fim de discutir o mérito em epígrafe e requerer a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) da parcela relativa aos juros moratórios e à correção monetária, dentre eles a SELIC, proveniente da repetição de tributos pagos indevidamente, bem como de reaver os valores recolhidos a esse título desde os 05 anos anteriores à impetração da ação.

Considerando os efeitos definitivos da repercussão geral julgada pelo STF, o Grupo, com o auxílio especialistas tributários e de seus assessores jurídicos, realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23/ ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro registrando os seguintes efeitos em suas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: i) o montante de R\$ 85.771, sendo R\$ 79.220 de principal e R\$ 6.550 de atualização monetária, créditos estes a serem habilitados quando do trânsito em julgado das ações individuais ajuizadas pelas controladas da Companhia; e ii) o montante de R\$ 34.900 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos que as controladas da Companhia apuraram base fiscal negativa. Os referidos valores foram

apurados com base na melhor estimativa contábil, com razoável segurança e na capacidade do Grupo de demonstrar a recuperabilidade de prejuízos fiscais.

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO - CONSOLIDADO

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Prejuízo fiscal e base negativa	447.480	193.299	-	-	447.480	193.299
Provisões gerais e contingências	140.113	113.591	-	-	140.113	113.591
Provisões efeito ajuste a valor presente	936	1.873	-	-	936	1.873
Provisão para estoques	4.534	5.369	-	-	4.534	5.369
Provisão de bônus	14.593	848	-	-	14.593	848
Depreciação	226.574	56.950	(169.605)	(22.166)	56.969	34.784
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(47.367)	9.473	23.683
Lucro nos estoques	82.005	71.375	-	-	82.005	71.375
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	987.285	514.355	(231.182)	(69.533)	756.103	444.822
Montante passível de compensação	(231.182)	(69.533)	231.182	69.533	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	756.103	444.822	-	-	756.103	444.822

O Grupo preparou um estudo técnico para suportar a realização desses impostos diferidos nos próximos anos, o qual é revisado frequentemente. Para este estudo foram considerados os seguintes fatores:

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de projeção

O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. Conforme política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios nos próximos 9 anos.

A previsão de realização dos impostos diferidos está representada abaixo (consolidado):

ANO	31/12/2021
2022	15.197
2023	29.573
2024	43.931
2025	84.609
2026	131.240
2027	131.348
2028	97.852
2029	116.344
2030	106.009
Total	756.103



Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio de 13,15% a.a.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho médio de 1,35% p.p. a.a. para o período.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 756.103. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 9,40% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios:

	2021		2020	
	Valor base	Efeito tributário	Valor base (Reapresentado)	Efeito tributário (Reapresentado)
Prejuízos fiscais acumulados	298.255	96.708	801.837	272.625
Despesas temporárias	217.767	74.041	261.690	89.076
Receitas temporárias	(27.981)	(9.514)	-	-
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	488.041	161.235	1.063.527	361.701

Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo final em 31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	193.299	273.930	3.552	(23.301)	447.480
Provisões gerais e contingências	113.591	26.522	-	-	140.113
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.873	(937)	-	-	936
Provisão para estoques	5.369	(835)	-	-	4.534
Provisão de bônus	848	13.745	-	-	14.593
Depreciação	34.784	22.185	-	-	56.969
Ágio	23.683	-	(3.552)	(10.658)	9.473
Lucro nos estoques	71.375	10.630	-	-	82.005
Imposto líquido ativo (passivo)	444.822	345.240	-	(33.959)	756.103

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	519.065	(144.484)	210.281	(220.159)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(176.482)	49.125	(71.496)	74.854
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(7.716)	(999)	(30.863)	(5.437)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal	-	-	39.765	27.009
Receitas não tributáveis	5.306	-	12.073	-
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	193.754	(39.322)	-	-
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(14.862)	3.817	(34.026)	(7.107)
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (a)	(20.908)	-	252.776	-
IR/CSLL sobre taxa Selic (b)	-	-	114.120	-
Outros	-	-	5.201	(1.085)
Imposto de renda e contribuição social	(20.908)	12.621	287.550	88.234
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício			2.414	
Corrente	-	-	(57.689)	(208.691)
Diferido	(20.908)	12.621	345.239	296.925
Alíquota efetiva	(4%)	(9%)	137%	40%

- (a) No ano de 2021, baseada em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a controlada Fisica contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 295.147. Ainda no mesmo ano, após análises de projeção e realização do ativo fiscal diferido de empresas controladas do Grupo, houve a baixa no montante de R\$ 42.371 decorrente da revisão das estimativas de lucro tributável futuro de controladas.
- (b) Registro do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre os valores atinentes à taxa Selic, conforme descrito em nota explicativa nº 12 no montante de R\$ 114.120.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA CONTENCIOSO – CONSOLIDADO

Depósitos judiciais

O Grupo é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

Em 2020, a controlada SBF Comércio ingressou com ação judicial com a discussão referente ao pagamento de diferencial de alíquota (partilha) pagas ao estado destino nas vendas realizadas ao consumidor final. Após a decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Repetitivo, os consultores da controlada SBF Comércio passaram a classificar os processos com possibilidade de perda remota. A previsão de retorno dos valores constantes em depósito judicial (R\$ 39.318 em 31 de dezembro de 2021) será somente após o término das discussões judiciais.

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 31/12/2021
Depósitos judiciais	90.109	23.626	(341)	(3.414)	109.980
Depósitos judiciais - rendimentos	30.584	6.754	(2.745)	(46)	34.547
Bloqueio judicial - trabalhista	5.058	817	(1.247)	(706)	3.922
Total	125.751	31.197	(4.333)	(4.166)	148.449

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Reversões	Aquisição Física	Saldo final em 31/12/2020
Depósitos judiciais	67.639	25.438	(27)	(5.852)	2.911	90.109
Depósitos judiciais - rendimentos	28.506	2.590	(463)	(49)	-	30.584
Bloqueio judicial - trabalhista	9.143	1.219	(3.779)	(1.525)	-	5.058
Total	105.288	29.247	(4.269)	(7.426)	2.911	125.751

As adições representam novos depósitos judiciais e atualizações monetárias, as baixas representam processos onde o Grupo perdeu ação judicial e os depósitos foram resgatados pela parte contrária que demandaram as ações e as reversões representam os processos onde houve ganho de causa para o Grupo.

Provisões para contencioso

As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2021
Cível / consumidor (a)	13.587	11.901	(17.620)	-	7.868
Trabalhistas (b)	37.849	16.457	(5.317)	(9.502)	39.487
Tributário (c)	495.699	106.941	(13.732)	(16.832)	572.076
Total	547.135	135.299	(36.669)	(26.334)	619.431

As movimentações das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Aquisição Física contingência não restituível	Aquisição Física	Saldo final em 31/12/2020
Cível / consumidor (a)	2.601	13.855	(3.633)	-	-	764	13.587
Trabalhistas (b)	33.962	11.821	(11.916)	(1.852)	1.899	3.935	37.849
Tributário (c)	435.801	42.725	-	(8.783)	25.956	-	495.699
Total	472.364	68.401	(15.549)	(10.635)	27.855	4.699	547.135

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde o Grupo perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

a. *Processos de natureza cível / consumidor*

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui R\$ 7.205 (R\$ 13.587 em dezembro de 2020) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 36.986 (R\$ 44.547 em dezembro de 2020) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo.

b. *Processos de natureza trabalhista*

Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui R\$ 37.145 (R\$ 37.849 em 31 de dezembro de 2020) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$64.844 (R\$ 79.813 em dezembro de 2020) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

c. *Processos de natureza tributária*

Em 31 de dezembro de 2021, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R\$ 572.076 (R\$ 495.699 em 31 de dezembro de 2020)

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados.

Adicionalmente aos processos mencionados acima, existem outros relacionados a classificação de mercadoria, ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 419.602 (R\$ 313.790 em dezembro de 2020), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.



Imposto	31/12/2021	31/12/2020
FGTS (a)	91.467	88.151
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	88.890	84.750
IRPJ e CSLL (c)	99.316	96.510
IPI (d)	174	169
PIS / COFINS (e)	29.798	19.816
IOF (f)	7.484	7.271
INSS (g)	85.416	599
Outros (h)	17.057	16.524
Total	419.602	313.790

- (a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 91.467 (R\$ 88.151 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) **PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existem discussões no montante de R\$ 36.688 (R\$ 7.675 em 31 de dezembro de 2020) referente à eventual falta de pagamento por suposta desconsideração de escrita contábil, bem como a discussão no montante de R\$ 50.718 (R\$ 26.289 em 31 de dezembro de 2020) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela RFB, cuja execução fiscal foi proposta em fevereiro de 2021. Existe também a discussão no montante de R\$ 50.718 (R\$ 49.322 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.484 (R\$ 1.464 em 31 de dezembro de 2020) referente à multa agravada.
- (c) **IRPJ e CSLL** – O Grupo discute o montante de R\$ 28.728 (R\$ 28.086 em 31 de dezembro de 2020), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes de estoque, ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. Discute também o montante de R\$ 68.338 (R\$ 66.237 em 31 de dezembro de 2020), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais. Discute-se o montante de R\$ 2.069 (R\$ 2.008 em 31 de dezembro 2020), referente a divergências apuradas por não homologação de pedidos de compensação, as demais discussões perfazem o montante de R\$ 182 (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2020).
- (d) **IPI** – Existe discussão no montante de R\$ 174 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2020) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI e Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (e) **PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R\$ 5.417 (R\$ 5.247 em 31 de dezembro de 2020), referente a divergências apuradas de PIS/COFINS por alegadas faltas de pagamentos e multa pela não homologação de pedidos de compensação, em relação a discussão dos incentivos fiscais das competências de 2009 a 2011, considerados como subvenção para investimento e possibilidade de dedução da base de cálculo houve êxito no processo administrativo. Tem-se ainda o montante de R\$ 35 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes de compensação não homologada em relação a créditos de 2008. Há discussões, ainda, no montante de R\$ 22.394 (R\$ 14.535 em 31 de dezembro de 2020) acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2012 e 2017, em razão de suposta divergências nas declarações da companhia. Por fim, discute-se o montante de R\$ 1.952 referente às compensações não homologadas, relativos à créditos de 2013.

Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 28.483 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 19.863 em 31 de dezembro de 2020).

- (f) **IOF** – Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R\$ 7.484 (R\$ 7.271 em 31 de dezembro de 2020), do período de 2014 e 2015.
- (g) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição ao RAT, decorrentes de divergências em GFIP, no montante de R\$ 906 (R\$ 599 em 31 de dezembro de 2020). Discute-se ainda o montante de R\$ 84.509, referentes às compensações não homologadas e multa, relativos à créditos de verbas previdenciárias de 2013 à 2018.

- (h) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 17.057 (R\$ 16.524 em 31 de dezembro de 2020).

Processos estaduais

O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados acima mencionados, em dezembro de 2021, o Grupo possui 15,9% (17,9% em 31 de dezembro de 2020) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 301.585 (R\$ 365.218 em 31 de dezembro 2020), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelo Fisco.

Processos municipais

O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em dezembro de 2021, o montante de R\$ 5.418 (R\$ 4.650 em 31 de dezembro de 2020), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os exercícios de 2014 a 2016.

Contingências restituíveis

Existem no Contrato de Aquisição entre a Companhia e a controlada Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais podem ser restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - combinação dos negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R\$ 33.660 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de "outros valores a receber" de igual valor. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de contingências restituíveis é de R\$34.633. Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido pelo disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

16. INVESTIMENTOS E PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	900.154	840.502
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	1.854.009	1.661.527
VBLOG Logística e transportes Ltda.	6.813	(1.590)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	(282.606)	(246.207)
Pine Adm. De Bens e Participações Ltda.	(72.539)	(76.412)
Network Participações SA.	65.723	-
Total investimentos	2.471.554	2.177.820
Outros - contingências indenizáveis	(34.634)	-
Total	2.436.920	2.177.820
Composição	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Investimentos	2.792.065	2.502.029
Passivo a descoberto em controladas	(355.145)	(324.210)
Total	2.436.920	2.177.820

Conciliação de valor contábil

Controladas	Participação no patrimônio líquido	Mais valia ou menos valia	Ágio gerado na aquisição	Saldo em 31/12/2021
SBF Comércio*	900.154	-	-	900.154
VBLOG Logística*	6.813	-	-	6.813
Store Engenharia	(282.606)	-	-	(282.606)
Pine Participações	(72.539)	-	-	(72.539)
Fisia Comércio	1.873.637	(20.625)	997	1.854.009
Network Participações	9.483	17.119	39.121	65.723
Total	2.434.942	(3.506)	40.118	2.471.554

(*) já considera os efeitos de eliminação do lucro nos estoques no cálculo da equivalência patrimonial

(**) Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

Posição em 31 de dezembro de 2021:

Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio*	99,96%	5.553.448	4.493.770	1.059.678	(159.186)	900.154	80.310	(20.635)	59.652
VBLOG Logística*	99,00%	75.292	58.956	16.336	(9.454)	6.813	13.911	(5.424)	8.402
Store Engenharia	100%	66.974	349.580	(282.606)	-	(282.606)	(36.399)	-	(36.399)
Pine Participações	100%	1	72.540	(72.539)	-	(72.539)	3.873	-	3.873
Fisia Comércio	100%	2.490.194	616.557	1.873.637	-	1.873.637	533.714	-	533.714
Network Participações	100%	14.091	4.608	9.483	-	9.483	623	-	623
Total		8.200.000	5.596.011	2.603.989	(168.640)	2.434.942	596.032	(26.059)	569.865

Movimento	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Aquisição	AFRC (*)	Aumento / redução de capital	Outros resultados abrangentes	Ajuste de preço	Amortização	Equivalência	Saldo em 31/12/2021
SBF Comércio*	840.502	-	-	-	-	-	-	59.652	900.154
VBLOG Logística*	(1.590)	-	-	-	-	-	-	8.402	6.813
Store Engenharia	(246.207)	-	-	-	-	-	-	(36.399)	(282.606)
Pine Participações	(76.412)	-	-	-	-	-	-	3.873	(72.539)
Fisia Comércio	1.661.527	-	(215.080)	(127.802)	4.146	3.207	(5.703)	533.714	1.854.009
Network Participações	-	63.493	-	4.000	-	-	(2.393)	623	65.723
Total	2.177.820	63.493	(215.080)	(123.802)	4.146	3.207	(8.096)	569.865	2.471.554

(*) AFRC – Adiantamento para futura redução de capital



Posição em 31 de dezembro de 2020:

Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio*	99,96%	6.473.405	5.494.036	979.369	(138.551)	1.067.213	(140.436)	28.991	(111.403)
VBLOG Logística*	99,00%	122.849	120.425	2.424	(4.030)	(1.590)	(164)	(1.807)	(1.951)
Store Engenharia	100%	57.662	303.870	(246.208)	-	(237.080)	(5.809)	-	(5.809)
Pine Participações	100%	6.905	83.317	(76.412)	-	(76.712)	(8.759)	-	(8.759)
Fisia Comércio	100%	1.946.280	255.296	1.690.984	-	1.693.674	12.269	-	12.269
Total		8.607.101	6.256.944	2.350.157	(142.581)	2.445.505	(142.899)	27.184	(115.653)

Movimento	Saldo em 01/01/2020	Aquisição	AFAC	Aumento / redução de capital	Outros	Amortização	Equivalência	Saldo em 31/12/2020
	(Reapresentado)							(Reapresentado)
SBF Comércio*	604.848	-	1.530.972	(1.199.550)	15.635	-	(111.403)	840.502
VBLOG Logística*	361	-	-	-	-	-	(1.951)	(1.590)
Store Engenharia	(238.076)	-	-	(2.322)	-	-	(5.809)	(246.207)
Pine Participações	(67.653)	-	-	-	-	-	(8.759)	(76.412)
Fisia Comércio	-	1.650.768	-	-	-	(1.510)	12.269	1.661.527
Total	299.480	1.650.768	1.530.972	(1.201.872)	15.635	(1.510)	(115.653)	2.177.820

(*) Já considera os efeitos de eliminação do lucro nos estoques no cálculo da equivalência patrimonial.



17. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Computadores e periféricos	20	171.522	(117.121)	54.401	42.455
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	66.164	(48.568)	17.596	20.114
Móveis e utensílios	10	230.765	(115.962)	114.803	90.337
Veículos	20	2.727	(2.704)	23	117
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	747.591	(517.664)	229.927	139.282
Imoveis		-	-	-	-
Imobilizado em andamento	(a)	13.362	-	13.362	4.050
		1.232.131	(802.019)	430.112	296.355

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2021 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Network	Saldo final em 31/12/2021
Computadores e periféricos	148.328	5.855	(2.180)	18.753	766	171.522
Máquinas, equipamentos e ferramentas	67.235	803	(3.815)	1.757	184	66.164
Móveis e utensílios	198.408	935	(11.519)	42.722	219	230.765
Veículos	5.248	-	(2.521)	-	-	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	627.590	49.246	(28.976)	99.480	251	747.591
Imobilizado em andamento (a)	4.050	132.274	(841)	(122.121)	-	13.362
Custo do imobilizado	1.050.859	189.113	(49.852)	40.591	1.420	1.232.131
Computadores e periféricos	(105.873)	(12.989)	2.077	-	(336)	(117.121)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.121)	(4.679)	3.273	-	(41)	(48.568)
Móveis e utensílios	(108.071)	(17.192)	9.423	-	(122)	(115.962)
Veículos	(5.131)	(94)	2.521	-	-	(2.704)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(488.308)	(38.691)	14.028	(4.466)	(227)	(517.664)
Depreciação	(754.504)	(73.645)	31.322	(4.466)	(726)	(802.019)
Total do imobilizado líquido	296.355	115.468	(18.530)	36.125	694	430.112

- (a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências	Aquisição Física	Saldo final em 31/12/2020
	(Reapresentado)					(Reapresentado)
Computadores e periféricos	108.049	1.251	(618)	21.643	18.003	148.328
Máquinas, equipamentos e ferramentas	59.561	877	(2.811)	657	8.951	67.235
Móveis e utensílios	149.110	917	(8.038)	24.475	31.944	198.408
Veículos	5.248	-	-	-	-	5.248
Benfeitorias em imóveis de terceiros	528.752	219	(17.083)	56.318	59.384	627.590
Imobilizado em andamento (a)	-	102.378	-	(103.093)	4.765	4.050
Custo do imobilizado	850.720	105.642	(28.550)	-	123.047	1.050.859
Computadores e periféricos	(74.981)	(16.003)	574	-	(15.463)	(105.873)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(37.862)	(4.566)	2.435	-	(7.128)	(47.121)
Móveis e utensílios	(75.913)	(12.844)	6.297	-	(25.611)	(108.071)
Veículos	(4.991)	(140)	-	-	-	(5.131)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(415.622)	(35.262)	7.454	-	(44.878)	(488.308)
Depreciação	(609.369)	(68.815)	16.760	-	(93.080)	(754.504)
Total do imobilizado líquido	241.351	36.827	(11.790)	-	29.967	296.355

Avaliação de Impairment

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 1 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pelo Grupo para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam indícios relevantes de perda na recuperação dos seus ativos e, portanto, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

18. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de comércio	Conforme contrato	16.058	(11.984)	4.074	5.229
Software	20	365.098	(171.983)	193.115	135.381
Marcas direito e patente	15	5.930	(187)	5.743	-
Software em andamento	-	2.377	-	2.377	-
Contrato de distribuição	10	164.821	(17.856)	146.965	165.021
Carteira de clientes	10	2.008	(33)	1.975	-
Tecnologia	10	11.618	(2.152)	9.466	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		40.115	-	40.115	-
		608.025	(204.195)	403.830	305.631

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Aquisição no Network	Saldo final em 31/12/2021
Fundo de comércio	16.692	-	(634)	-	-	16.058
Software	265.150	99.867	(21)	-	102	365.098
Marcas direito e patente	43	5.887	-	-	-	5.930
Software em andamento	-	2.377	-	-	-	2.377
Contrato de distribuição	166.408	(1.587)	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	-	2.008	-	-	-	2.008
Tecnologia	-	11.618	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	40.115	-	-	-	40.115
Custo do intangível	448.293	160.285	(655)	-	102	608.025
Fundo de comércio	(11.463)	(1.155)	634	-	-	(11.984)
Software	(129.769)	(42.152)	9	-	(71)	(171.983)
Marcas direito e patente	(43)	(144)	-	-	-	(187)
Contrato de distribuição	(1.387)	(16.469)	-	-	-	(17.856)
Carteira de clientes	-	(33)	-	-	-	(33)
Tecnologia	-	(2.152)	-	-	-	(2.152)
Amortização	(142.662)	(62.105)	643	-	(71)	(204.195)
Total do intangível líquido	305.631	98.180	(12)	-	31	403.830

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Aquisição Física	Saldo final em 31/12/2020
Fundo de comércio	14.452	2.842	(602)	-	-	16.692
Software	199.163	201	(16)	58.285	7.517	265.150
Marcas direito e patente	43	-	-	-	-	43
Software em andamento	-	58.285	-	(58.285)	-	-
Contrato de distribuição	-	166.408	-	-	-	166.408
Custo do intangível	213.658	227.736	(618)	-	7.517	448.293
Fundo de comércio	(10.955)	(729)	221	-	-	(11.463)
Software	(85.077)	(37.752)	1	-	(6.941)	(129.769)
Marcas direito e patente	(41)	(2)	-	-	-	(43)
Contrato de distribuição	-	(1.387)	-	-	-	(1.387)
Amortização	(96.073)	(39.870)	222	-	(6.941)	(142.662)
Total do intangível líquido	117.585	187.866	(396)	-	576	305.631

CONCILIAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Depreciação de imobilizado	73.645	68.815
Amortização de intangível	62.105	39.870
Amortização de direito de uso	188.499	139.443
Despesas de depreciação e amortização na demonstração do fluxo de caixa	324.249	248.128
Despesa com depreciação - vendas	213.413	179.858
Despesa com depreciação - gerais e administrativas	88.554	57.165
Total	301.967	237.023

A diferença entre os valores apresentados nas movimentações dos ativos imobilizados, intangíveis e ativo de direito de uso (notas explicativas 17, 18 e 19) em relação as despesas com depreciação apresentadas na nota explicativa nº 31 nos montantes de R\$ 22.281 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.105 em 31 de dezembro de 2020) refere-se aos efeitos de PIS e COFINS que estão sendo apresentados na linha da depreciação no resultado do exercício.

19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 05 e 25 e anos e podem ter opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

Quantidade contratos:	
Centros de distribuição	8
Edifícios administrativos	3
Veículos	60
Lojas	238
	309

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
10 a 6	0,74%
6 a 3	0,67%
3 a 1	0,61%

O Grupo optou por não avaliar seus ativos com os benefícios concedidos em contrato de arrendamento relacionados à COVID-19, aplicando assim a norma CPC 06 R2, alterado pela Deliberação da CMV nº 859/20, considerando, dessa forma, que a mudança não caracteriza uma modificação do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2021, estes benefícios resultaram em um montante de R\$ 23.766 (R\$ 47.096 em 31 de dezembro de 2020) reconhecido no resultado do Grupo.

a. Ativo de direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso	Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	1.172.744	5.022	1.177.766
(+/-) Novos contratos e remensuração	350.208	31.976	382.184
(-) Transferência para imobilizado	(36.125)	-	(36.125)
(-) Amortização	(183.262)	(5.237)	(188.499)
(-) Baixas de contratos	(4.921)	(2.563)	(7.484)
Total em 31 de dezembro de 2021	1.298.644	29.198	1.327.842

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso	Consolidado		
	Imóveis (Reapresentado)	Veículos (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	1.137.058	4.911	1.141.969
(+/-) Novos contratos e remensuração	183.938	1.049	184.987
Aquisição Física	11.240	1.197	12.437
(-) Amortização	(137.308)	(2.135)	(139.443)
(-) Baixas de contratos	(22.184)	-	(22.184)
Total em 31 de dezembro de 2020	1.172.744	5.022	1.177.766

b. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	1.222.012	4.387	1.226.399
(+/-) Novos contratos e remensuração	350.208	31.976	382.184
Apropriação juros incorridos	121.519	1.474	122.993
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(201.856)	(5.562)	(207.418)
(-) Descontos obtidos	(23.744)	(22)	(23.766)
(-) Baixas de contratos	(7.919)	(1.812)	(9.731)
Total em 31 de dezembro 2021	1.460.220	30.441	1.490.661
Circulante	188.881	6.680	195.561
Não circulante	1.271.339	23.761	1.295.100

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado		
	Imóveis (Reapresentado)	Veículos (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Saldo inicial em 01/01/2020	1.149.315	4.867	1.154.182
(+/-) Novos contratos e remensuração	184.978	1.049	186.027
Aquisição Física	11.963	613	12.576
Apropriação juros incorridos	101.304	332	101.636
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(153.425)	(2.417)	(155.842)
(-) Descontos obtidos	(47.039)	(57)	(47.096)
(-) Baixas de contratos	(25.084)	-	(25.084)
Total em 31/12/2020	1.222.012	4.387	1.226.399
Circulante	116.737	3.191	119.928
Não circulante	1.105.275	1.196	1.106.471

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Consolidado		
	Arrendamento	Veículos	Total
Até 1 ano	188.881	6.680	195.561
Entre 1 e 5 anos	623.256	20.235	643.491
Mais de 5 anos	648.083	3.526	651.609
Grupo como arrendatário	1.460.220	30.441	1.490.661

c. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 68.649 (R\$ 47.803 em 31 de dezembro de 2020) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme nota explicativa nº 31.

d. Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de reais)	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	5,00%	3,40%	3,10%	3,10%	3,10%	
Passivo de arrendamento	185	158	158	153	809	1.464

(Em milhões de reais)	Despesa de juros de arrendamento	Juros de arrendamento considerando fluxo corrigidos pela inflação	Despesa de depreciação do direito de uso	Despesa de depreciação considerando fluxo corrigido pela inflação
Consolidado	123	161	194	230

20. FORNECEDORES - CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Fornecedores de mercadorias para revenda	830.557	560.674
Fornecedores de materiais de consumo	83.737	96.784
Ajuste a valor presente	-	(2.645)
	914.294	654.813

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

O Grupo ofereceu um programa de antecipação de créditos para seus fornecedores junto as instituições financeiras, cujo principal objetivo do programa é facilitar o processamento de pagamentos e permitir aos fornecedores dispostos, a venda de seus recebíveis antes da data de vencimento, sem direito a regresso. Essas operações de antecipações com fornecedores não estendem significativamente as condições de pagamentos além dos termos normais acordados com os fornecedores. Em 31 de dezembro de 2021, havia o montante de R\$ 67.714 de antecipação de créditos (R\$ 56.837 em 31 de dezembro de 2020).

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Capital de giro	121.485	90.464
Debêntures	77.743	-
Financiamento de bens	8.248	2.811
	207.476	93.275
Passivo não circulante		
Capital de giro	154.700	274.798
Debêntures	451.042	226.762
Financiamento de bens	10.560	4.052
	616.302	505.612
	823.778	598.887

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2021 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de giro	365.262	-	(91.183)	(25.959)	28.065	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.625	(5.810)	(1.232)	1.362	18.808
Empréstimos e financiamentos	372.125	17.625	(96.993)	(27.191)	29.427	294.993
Debêntures	226.762	297.211	-	(28.395)	33.207	528.785
Total	598.887	314.836	(96.993)	(55.586)	62.634	823.778

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2020 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2020	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	31/12/2020
Capital de giro	32.698	352.400	(21.474)	(9.340)	10.978	365.262
Financiamento de bens	1.892	7.882	(2.913)	(606)	608	6.863
Empréstimos e financiamentos	34.590	360.282	(24.387)	(9.946)	11.586	372.125
Debêntures	-	225.878	-	(5.272)	6.156	226.762
Total	34.590	586.160	(24.387)	(15.218)	17.742	598.887

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía 74,82% de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 12,66% em 2021 (3,21% em 31 de dezembro 2020).

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	% a.a.	2021			2020		
			Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R\$	105% CDI a.a. - 100% CDI + 3,8%a.a	369.334	121.485	154.700	371.686	90.464	274.798
Financiamento de bens (a)	R\$	100% CDI + 4%a.a a 13,10%a.a	25.507	8.248	10.560	10.849	2.811	4.052
Empréstimos e financiamentos			394.841	129.733	165.260	382.535	93.275	278.850
Debêntures (b)	R\$	100% CDI + 3,4 %a.a.	530.000	77.743	451.042	230.000	-	226.762
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			924.841	207.476	616.302	612.535	93.275	505.612

- (a) Os empréstimos são analisados pela Companhia e são garantidos por alienação fiduciária dos bens.

Em 14 de maio de 2021, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, no valor total de R\$300.000.000,00, o vencimento do contrato iniciará em maio de 2025. Como resultado da oferta de Debêntures, a SBF Comércio emitiu 300.000 debêntures em 25 de maio de 2021, no valor unitário de R\$1.000,00.

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas demonstrações financeiras.

Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	121.485	76.989	77.544	167	276.185
Financiamento de bens	8.248	7.660	2.900	-	18.808
Empréstimos e financiamentos	129.733	84.649	80.444	167	294.993
Debêntures	77.743	175.184	175.990	99.868	528.785
Total	207.476	259.833	256.434	100.035	823.778

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
PIS	9.829	2.113
COFINS	20.881	10.622
ICMS	39.182	95.456
ISS	2.270	1.249
IRRF	2.701	3.569
IPI	1.052	42.159
Outros	6.782	3.256
Passivo Circulante	82.697	158.424

Em relação ao montante do IPI a recolher acima verificado, ressaltamos que, nos termos do julgamento do Recurso Extraordinário 946.648/SC pelo Plenário do STF, que, na sistemática de repercussão geral, declarou constitucional a cobrança do IPI sobre a revenda de produtos importados e, nestes termos, os assessores externos do Grupo passaram a avaliar a discussão com probabilidade de perda provável. Diante de tal fato e do risco de cobrança por parte do Fisco Federal, o Grupo optou por provisionar em dezembro de 2020 o montante a ser eventualmente discutido, do período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, no valor de R\$ 42.046. Durante o segundo trimestre de 2021, o Grupo efetuou um novo levantamento, referente ao IPI no momento da revenda relativo aos últimos 5 anos, e o valor real a ser pago foi fechado em R\$ 38.477 nos termos da decisão proferida pelo STF em 2020. Após este levantamento, através de denúncia espontânea realizada no segundo trimestre de 2021, foi pago o valor principal de R\$ 29.125 e juros e multa de R\$ 9.352.

23. IMPOSTOS PARCELADOS – CONSOLIDADO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Parcelamentos de tributos estaduais	39.589	66.572
Parcelamentos de tributos federais	112.157	89.970
Parcelamentos de tributos municipais	-	9
Total impostos parcelados	151.746	156.551
Passivo circulante	61.056	54.775
Passivo não circulante	90.690	101.776

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2020	196.191
Adesão dos impostos	5.877
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	14.511
Parcelas pagas	(60.028)
Saldo em 31/12/2020	156.551
Saldo em 01/01/2021	156.551
Adesão dos impostos	20.230
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	24.983
Parcelas pagas	(50.018)
Saldo em 31/12/2021	151.746

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2022	2023	2024	2025	2026 em diante
RJ	8.548	11.082	19.630	8.548	8.548	2.534	-	-
MG	6.391	1.462	7.853	6.391	1.462	-	-	-
DF/GO	5.826	-	5.826	5.826	-	-	-	-
SP	2.039	1.554	3.593	2.039	1.462	92	-	-
Outros	1.498	1.189	2.687	1.497	908	282	-	-
Total Estaduais	24.302	15.287	39.589	24.301	12.380	2.908	-	-
Parcelamentos ordinários	3.788	2.742	6.530	3.788	2.400	46	46	250
Refis lei 11.941	19.409	52.437	71.846	19.409	19.409	19.408	13.620	-
Outros	13.557	20.224	33.781	13.558	11.166	8.424	212	421
Total Federais	36.754	75.403	112.157	36.755	32.975	27.878	13.878	671
Total Parcelamentos	61.056	90.690	151.746	61.056	45.355	30.786	13.878	671

Parcelamentos estaduais

Em 2015, o Grupo realizou a denúncia espontânea referente a diferença de alíquota de ICMS sobre as transferências de mercadorias importadas do CD Geral para as lojas em MG e para o CD de comércio eletrônico no valor original de R\$ 15.653. Em 2017 a empresa VBLOG logística e SBF Comércio fizeram a denúncia espontânea no montante total de R\$ 7.917 e R\$ 5.678, respectivamente, referentes a regularização do ICMS incidente sobre o transporte de mercadorias com subcontratação de terceiros. Sendo estes os parcelamentos mais relevantes junto a este Estado. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de todos os parcelamentos de Minas Gerais é de R\$ 7.853 (R\$ 15.572 em 31 de dezembro de 2020).

Em 2018, o Grupo aderiu a anistia do Estado do Rio de Janeiro incluído seus parcelamentos anteriores bem como a regularização de ICMS das competências de janeiro a abril de 2018. Em 2019, o Grupo parcelou ordinariamente as competências de maio a novembro de 2018, sendo que o montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.630 (R\$ 29.187 em 31 de dezembro de 2020).

Em 2018 e 2019, o Grupo realizou a regularização dos valores de ICMS do estado do Goiás e Distrito Federal, incluindo seus débitos na anistia concedida pelo Estado, sendo todos das competências de 2018, e o montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.826 (R\$ 11.498 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais parcelamentos correspondentes aos outros estados perfazem R\$ 6.280 (R\$ 10.315 em 31 de dezembro de 2020).

Parcelamentos federais

Parcelamentos ordinários

No terceiro trimestre do exercício de 2018, o Grupo aderiu ao parcelamento ordinário previdenciário referente aos débitos das competências março 2018 até julho 2018, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 5.530. Em agosto de 2019, o Grupo reparcelou os débitos referente aos tributos de PIS/COFINS, das competências de dezembro 2017 até abril 2018, incluindo no parcelamento novos débitos das competências 12/2018 e 01/2019 sendo o saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1.000, totalizando o montante de R\$ 6.530 (R\$ 49.702 em 31 de dezembro de 2020).

REFIS LEI 11.941

Em 2009, o Grupo aderiu ao parcelamento especial “Refis da Crise”, instituído pela Lei nº 11.941, referente a tributos de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL, das competências de 1997 a 2006, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 71.846 (R\$ 35.935 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais parcelamentos perfazem o montante de R\$ 33.781 (R\$ 4.333 em 31 de dezembro de 2020).

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões de férias e 13º salário	54.665	43.793
Provisões para participação nos lucros	48.210	4.887
Salários a pagar	23.972	21.552
Obrigações com pessoal a pagar	3.487	701
Contribuições a recolher	285	232
Pensão alimentícia	104	42
Obrigações trabalhistas	130.723	71.207
INSS a recolher	20.801	17.255
FGTS a recolher	2.885	3.362
INSS retido a recolher	3.111	1.864
Obrigações previdenciárias	26.797	22.481
Total de Obrigações	157.520	93.688

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Controladora

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

Ativo circulante - outras contas a receber	31/12/2020	Captações	Pagamentos	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A	3.078	-	(3.078)	-
Store Engenharia e Instalações Ltda	24.413	3.780	-	28.193
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda	7.033	-	(6.880)	153
Total	34.524	3.780	(9.958)	28.346

Os valores da controladora estão sendo apresentados na nota 9, contas a receber.

Passivo circulante – outras contas a pagar	31/12/2020	Captações	Pagamentos	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A	87.470	127.884	(215.200)	154
VBLOG Logística e Transporte Ltda	9.593	(5.000)	(4.593)	-
Total	97.063	122.884	(219.793)	154

Transações comerciais

Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo, essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e o Vblog e a Fisia e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes.

Alugueis - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as controladas Vblog Logística e Store Engenharia do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A controlada SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as controladas Premier Distribuidora, Vblog Logística, Store Engenharia, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo dos períodos.

Os valores, referente às transações descritas acima são demonstrados no quadro a seguir:

Transações eliminadas na consolidação

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Grupo SBF S.A	28.346	34.524	(154)	(97.063)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S. A (a)	1.221.976	2.708.769	(1.228.021)	(2.589.156)
Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda. (a)	1.059.053	2.314.286	(1.217.743)	(2.482.783)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (a)	157.140	172.845	(16.720)	-
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	28.731	110.372	(4.199)	(99.337)
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda	-	-	(39)	(47.893)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	-	6.883	(158)	(7.033)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	(28.212)	(24.414)
NETWORK Participações S.A.	5.566	-	(90)	-
Neotv Prod E Com. De Cont. Audiovisual E Serv Digitais S.A.	-	-	(4.931)	-
Fatality Tv Prod E Com Audiovisual E Servicos Digitais S.A.	-	-	(275)	-
Acelerados Produtora E Distribuidora Audiovisual S.A.	90	-	(1)	-
Falcao Prod E Com De Cont S.A.	-	-	(359)	-
	2.500.902	5.347.679	(2.500.902)	(5.347.679)

- (a) As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A, Premier Distrib. de Vest. Equiptos e Acess. Ltda e Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Compras		Vendas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(2.256.251)	(1.418.689)	1.877.938	1.383.376
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	(1.877.938)	(1.383.376)	1.903.916	1.399.670
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	(12.413)	-	364.748	19.019
	(4.146.602)	(2.802.065)	4.146.602	2.802.065

	Fretes e Carretos		Aluguéis	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(48.319)	(34.799)	38	34
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	-	-	-	-
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	60.611	34.799	(26)	(23)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	(12)	(11)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	(12.292)	-	-	-
	-	-	-	-

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Grupo SBF S.A.	-	-	(823)	-
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(1.254)	-	56.363	(66.881)
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	-	-	(10.822)	23.804
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	-	-	(29.604)	43.077
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda	-	-	(118)	-
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	-	-	(9)	-
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-	(102)	-
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	-	-	(14.885)	-
NETWORK Participações S.A.	484	-	-	-
Neotv Prod E Com. De Cont. Audiovisual E Serv Digitais S.A.	770	-	-	-
	-	-	-	-

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com o período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 02 de junho de 2005 à 1º de dezembro de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o período.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado – despesas de locação pagas para VBF Empreendimentos		
VBLOG Logística e Transportes	33	26
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	51	42
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	-
SBF Comércio	19.222	15.608
	19.306	15.676

a. Remuneração ao pessoal chave da administração

A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	7.212	7.882	5.354	6.910
Participação nos lucros e resultados	-	8.365	-	5.908
Pagamento baseado em ações	96	13.100	585	14.810
	7.308	29.347	5.939	27.628

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de clientes	-	-	12.199	23.366
Provisões gerais	433	1.095	65.735	47.796
Obrigações com investimentos (a)	315.646	502.600	315.646	502.600
Outros	1.375	3.300	60.483	20.914
	317.454	506.995	454.063	594.676
Circulante	301.326	506.995	437.935	594.676
Não Circulante	16.128	-	16.128	-

- (a) As obrigações com investimentos referem-se contas a pagar relativas às aquisições das controladas Fisia (realizada em 2020) e Grupo NWB (realizada em 2021) que são liquidadas de acordo com o previsto nos contratos de compra firmados entre as partes, conforme notas explicativas nº 2 e 3.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.823.527 dividido em 242.998.022 ações ordinárias e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.918.758 dividido em 241.889.833 ações ordinárias e sem valor nominal.

Movimentação do capital social e gastos com emissão de ações

Capital social em 31 de dezembro de 2020	1.918.758
Aumento de capital	8.042
Subtotal	1.926.800
Gastos com emissão de ações em 2019 (ii)	(55.393)
Gastos com emissão de ações em 2020 (ii)	(47.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.823.527

- (i) Em 11 de maio de 2021, houve um aumento de R\$ 1.174 do capital da Companhia mediante a emissão de 200.292 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de compra de ações de 176 ações referentes ao 1º programa de opções de 2016 e 24 ações referente ao 2º programa de

opções de 2019, em virtude de tal aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.918.758, dividido em 241.890 ações para R\$ 1.919.932, dividido em 242.090 ações.

Em 10 de agosto de 2021, houve um aumento de R\$ 6.139 do capital da Companhia mediante a emissão de 868 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de compra de 658.397 ações referentes ao 1º programa de opções de 2016 e 210 ações referente ao 2º programa de opções de 2016, em virtude de tal aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.919.932, dividido em 242.090.125 ações para R\$ 1.926.070, dividido em 242.959 ações.

Em 09 de novembro de 2021, houve um aumento de R\$ 729,5 do capital da Controladora mediante a emissão de 39.500 ações ordinárias, nominativas escriturais, com valor nominal, em decorrência do exercício de opções de compra de ações referentes ao 2º programa de opções de 2016, em virtude de tal aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.926.070, dividido em 242.958.522 ações para R\$ 1.926.799, dividido em 242.998.022 ações.

- (ii) Os gastos com emissão de ações são, referem-se a custos de transação tais como: i) gastos com elaboração de prospectos e relatórios; ii) remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores etc.); iii) gastos com publicidade; iv) taxas e comissões; v) custos de transferência; vi) custos de registro etc.

O controle acionário do Grupo SBF S.A, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021:

Acionista	2021	
	Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	95.930.259	39,48%
Nefe Investments, LLC	48.456.001	19,94%
GPCP I - Fundo de inv. Part	1.185.014	0,49%
Stock Options Plan (S.O.P.)	5.343.455	2,20%
Outros	92.083.293	37,89%
	242.998.022	100,00%

b. Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

c. Lucro por ação – consolidado

A Companhia calcula o resultado básico por ação mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o período.

O lucro diluído por ação reflete a potencial diluição de opções de ações que poderiam ser exercidas ou convertidas em ações ordinárias, e é calculada dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, além do efeito potencialmente dilutivo das opções de compra de ações exercíveis.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Numerário básico/diluído - Controladora	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	498.157	(131.863)
Média ponderada de ações ordinárias	242.998	228.762
Resultado básico por ação - R\$	2,05	(0,58)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	498.157	(131.863)
Média ponderada de ações ordinárias	242.998	228.762
Opções exercidas não integralizadas	945	1.783
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	10.062	9.235
Resultado diluído por ação - R\$	1,98	(0,58)

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

d. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do período e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

e. Dividendos obrigatórios

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos, 5% será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal a qual não poderá exceder 20% do capital social, e 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R\$ 28.637 de dividendos propostos. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	2021
Resultado do exercício	498.157
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(309.750)
(-) Reserva legal - 5%	(9.420)
(-) Reserva incentivos fiscais	(64.439)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	114.548
Dividendos propostos	28.637

f. Reserva incentivos fiscais

A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida.

Os incentivos também determinam que a empresa Premier não tem direito aos saldos credores sobre a compra de produtos posteriormente vendidos fora desses estados, de modo que esses valores se tornam impostos não recuperáveis e aumentam o custo das vendas. As notas explicativas nº 29 e 30 destas demonstrações financeiras apresentam o impacto destes incentivos nas receitas líquidas e no custo das vendas.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias – ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 somaram o montante de R\$ 116.957 (R\$ 64.879 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020). Os impostos não-recuperáveis de ICMS, contabilizados na rubrica de custo das vendas e serviços prestados, somaram o montante de R\$ 2.421 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.537 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

Devido ao lucro apurado no período corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R\$ 64.439.

Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro líquido pela Companhia.

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES – CONSOLIDADO

O objetivo desses “Planos” é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração.

Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de período será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração.

Em dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou “Plano 2016”. Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que serão compostas por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas ao participante. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”) para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar do fim do período de carência.

O Primeiro Programa do Plano de 2016 (“2016 - Primeiro Programa”) foi outorgado em dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R\$ 4,00. O segundo programa (“2016 - Segundo Programa”), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia.



Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, “Plano 2019” I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível.

Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 (“2019 - Primeiro Programa”), outro em 30 junho de 2020 (“2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020”), o terceiro em abril de 2020 (“2019 - Segundo Programa”), a última outorga de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 (“Segundo Programa 2020”), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 (“Primeiro Programa 2020”).

Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos 2016, 2019 e 2020, organizados por ano e atualizadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

Programa	Saldo inicial em 01/01/2021	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final em 31/12/2021
2016 - Primeiro programa	1.635.074	-	(714.803)	(173.825)	746.446
2016 - Segundo programa	1.947.294	-	(281.208)	-	1.666.086
2019 - Primeiro programa	4.553.206	-	-	(260.000)	4.293.206
2019 - Primeiro programa - outorga março de 2020	50.000	-	-	-	50.000
2019 - Segundo programa	24.000	-	(24.000)	-	-
2020 - Segundo programa	-	330.281	-	-	330.281
2020 - Primeiro programa	-	2.550.000	-	-	2.550.000
Total	8.209.574	2.880.281	(1.020.011)	(433.825)	9.636.019

Premissas básicas para o plano:	2016 1º Programa	2016 2º Programa	2019 1º Programa	2019 2º Outorga março de 2020	2019 2º Programa
Modelo de precificação	Black-Scholes	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Dividend yield	5,00%	1,31%	1,31%	1,31%	0,00%
Volatilidade média anualizada esperada	23,63%	34,96%	34,96%	67,92%	76,00%
Taxa livre de risco	11,37%	5,96%	5,96%	6,25%	6,00%
Preço de exercício	4,00	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	15,44 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M
Preço da ação considerado	4,81	20,97	20,97	22,35	27,43
Prazo esperado do exercício	5,17 anos	5,33 anos	5,48 anos	8 anos	8 anos
IGP-M	NA	4,00%	4,00%	3,50%	3,70%
Preço da opção na data da concessão por ação	2,05	11,33	10,55	14,49	14,18

29. RECEITAS LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	6.472.751	3.027.506
Prestação de serviços	97.406	70.354
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(1.386.376)	(720.701)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	116.957	64.879
Prestação de serviços	(9.712)	(6.675)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(175.738)	(43.478)
Reservas e Provisões	(4.826)	(3.827)
Abatimento dos serviços	-	-
Receita líquida de vendas	5.110.462	2.388.058

(i) Veja nota explicativa nº 27 sobre os incentivos fiscais do Grupo.

Receita do mercado de varejo e e-commerce

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado (distribuição produtos Nike) e e-commerce está apresentada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Varejo (lojas físicas)	3.129.120	1.843.596
Atacado	1.457.866	99.517
E-commerce	1.885.765	1.084.393
Receita Bruta	6.472.751	3.027.506

Em termos de região geográfica, as vendas do Grupo estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Sudeste	4.284.205	2.046.303
Nordeste	826.361	402.828
Sul	779.630	267.411
Centro - Oeste	414.692	179.746
Norte	167.863	131.218
Receita bruta de vendas	6.472.751	3.027.506

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso do Grupo, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
1º Trimestre	812.836	505.615
2º Trimestre	1.122.846	239.372
3º Trimestre	1.491.316	569.038
4º Trimestre	1.683.464	1.074.033
Receita líquida de vendas	5.110.462	2.388.058



Devido a aquisição das operações da Fisia em 1º de dezembro de 2020 o Grupo teve um aumento expressivo das receitas em relação ao mesmo período do ano anterior.

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Custo da revenda de mercadorias	(2.718.128)	(1.325.032)
Custo dos serviços prestados fretes e logística	(18.907)	(21.039)
Custos de serviços de produção audiovisual	(21.816)	-
Outros custos	-	-
	<u>(2.758.851)</u>	<u>(1.346.071)</u>

O custo das vendas na controlada Premier inclui o saldo credor de ICMS não recuperável divulgados na nota explicativa nº 27 e concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraíba. O valor total do ICMS não recuperável com impacto no custo das vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.421 (R\$ 7.537 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Pessoal	(490.269)	(319.018)
Depreciação e amortização	(76.837)	(65.888)
Amortização de direito de uso	(136.576)	(113.970)
Serviços de terceiros	(236.686)	(46.938)
Promoções	(236.900)	(96.951)
Utilidades e serviços	(164.617)	(139.501)
Taxa administrativa	(74.128)	(41.156)
Ocupação	(60.356)	(43.138)
(-) Descontos sobre arrendamentos	23.610	44.171
Contencioso	2.909	-
Outras despesas	(79.000)	(40.477)
Total das despesas com vendas	<u>(1.528.850)</u>	<u>(862.866)</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Pessoal	(120.377)	(47.122)
Depreciação e amortização	(56.587)	(41.078)
Amortização de direito de uso	(31.967)	(16.087)
Serviços de terceiros	(78.273)	(52.277)
Promoções	(1.547)	(1.107)
Utilidades e serviços	(46.222)	(28.991)
Ocupação	(8.294)	(4.665)
(-) Descontos sobre arrendamentos	155	2.925
Contencioso	(20.054)	(26.724)
Outras despesas	(24.728)	(36.291)
Total das despesas administrativas	<u>(387.894)</u>	<u>(251.417)</u>

Controladora

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(6.921)	(9.421)
Depreciação e amortização	(22)	(9)
Serviços de terceiros	(3.141)	-
Promoções	(794)	(1.996)
Utilidades e serviços	(699)	(302)
Ocupação	1	-
Outras despesas	(6)	(276)
Total das despesas administrativas	(11.582)	(12.004)

32. RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Variação cambial ativa	109.303	10.943
Juros e multas recebidos	851	267
Atualização monetária de impostos	49.043	51.117
Receitas de aplicações financeiras	14.075	15.105
Ajuste a valor presente (AVP)	3.294	20.686
Atualização monetária de depósitos judiciais	5.961	2.241
Descontos obtidos	70	69
Outras	2.454	1.899
Receitas financeiras	185.051	102.327
Variação cambial passiva	(103.622)	(8.733)
Juros de arrendamento mercantil	(115.379)	(97.197)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(24.983)	(14.511)
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(27.781)	(11.586)
Juros sobre debêntures	(31.379)	(6.156)
Juros sobre atraso de impostos	(28.901)	(13.938)
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.719)	(18.864)
Tarifas e taxas bancárias	(8.322)	(17.594)
Juros sobre pagamentos em atrasos	(2.984)	(6.494)
Impostos sobre operações financeiras	(1.529)	(4.687)
Juros sobre desconto de duplicatas	(30)	(8.720)
Juros sobre partes relacionadas - mútuos	-	-
Outras despesas financeiras	(19.089)	(7.252)
Juros sobre contencioso	(11.427)	(17.788)
Despesas financeiras	(377.145)	(233.520)

O aumento de despesas com variação cambial deve-se à operação de *hedge accounting* que a empresa Fisia possui para administração de risco cambial nas importações de produtos.

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não possuía uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que direciona e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e atacado e por aplicações financeiras.

O risco de crédito do Grupo são as adquirentes de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 89,76% dos recebíveis no balanço do Grupo, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 9,1%. Todas as vendas do Grupo nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

O Grupo registra provisão para perda de crédito esperada apenas para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há histórico de perdas) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber.

A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada na nota explicativa nº 9.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Caixa e bancos	200	195	82.456	365.847
Aplicações financeiras - circulante	61.888	-	466.891	148.448
Clientes e administradoras de cartões de crédito	-	-	1.301.071	948.428
Outros valores a receber - não circulante	41.521	-	72.675	950
	103.609	195	1.923.093	1.463.673

Devido à característica de seu negócio o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas riscos distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e e-commerce.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo de relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis, veja nota explicativa nº 5.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre A-1+ e AAA, baseado na agência de rating de crédito Fitch Ratings.



Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade de caixa imediata (R\$ 4.241 em 31 de dezembro de 2020).

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2021, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 909.033 (R\$ 658.665 em 31 de dezembro de 2020).

Índice de endividamento – Consolidado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		(Reapresentado)
Obrigações a curto prazo	(2.161.217)	(1.846.599)
Caixas e equivalentes	549.347	514.295
Instrumentos financeiros derivativos	29.259	11.580
Clientes e administradoras de cartões de crédito	1.301.044	948.428
	<u>(281.567)</u>	<u>(372.296)</u>
Patrimônio líquido	2.224.635	1.712.072
Índice de endividamento líquido	13%	22%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

O Grupo apresentava em 31 de dezembro de 2021, capital circulante líquido consolidado positivo de R\$ 1.456.129 (R\$ 1.428.652 em 31 de dezembro de 2020), ou seja, uma variação positiva de R\$ 27.477.

Em dezembro de 2021, o Grupo apresentou lucro antes dos impostos de R\$ 210.281 (prejuízo de R\$ 220.159 em 31 de dezembro de 2020).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

A maioria dos empréstimos e financiamentos estão no longo prazo, sendo que apenas 25,19% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 3,4% a.a.

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	914.294	914.294	414.787	499.507	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	-
Debêntures	528.785	648.483	-	127.160	218.245	303.078	-
Impostos parcelados	151.746	172.839	12.387	61.690	50.560	48.040	162
Arrendamentos a pagar	1.490.661	2.054.945	45.649	234.456	527.833	444.317	802.690
Outras contas a pagar	454.063	454.063	454.063	-	-	-	-
	3.834.542	4.583.883	930.148	1.073.909	896.123	880.851	802.852

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos (Reapresentado)							
Fornecedores	654.813	654.813	458.760	196.053	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	372.125	406.967	3.069	105.904	134.013	163.981	-
Debêntures	226.762	254.842	-	9.381	85.260	160.201	-
Impostos parcelados	156.551	180.033	10.988	53.235	56.375	58.767	668
Arrendamentos a pagar	1.226.399	1.690.648	28.337	154.872	376.226	353.465	777.748
Outras contas a pagar	594.676	594.676	594.676	-	-	-	-
	3.231.326	3.781.979	1.095.830	519.445	651.874	736.414	778.416

Os fluxos de entradas / saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.



A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos também estão devidamente documentados, ficando confirmado que os derivativos designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2021, foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 4.146. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes” são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge).

Instrumento de hedge				Objeto de hedge	
Vencimentos	Moeda	Nacional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 27/01/2022 à 28/10/2022	USD	(1.030.368)	24.639	Pedido de Importações de mercadorias	De 01/01/2022 à 31/12/2022
Total consolidado		(1.030.368)	24.639		

Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo.

As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	466.891	148.448
Aplicações financeiras - não circulantes	-	-
Empréstimos e financiamentos	(294.993)	(372.125)
Debêntures	(528.785)	(226.762)
	(356.887)	(450.439)

Análise de sensibilidade

A seguir são demonstradas as análises de sensibilidade que são baseada nas informações fornecidas internamente ao pessoal chave da administração:

Taxa de juros

O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (9,25% a.a.). Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

	2021	Provável	Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	466.891	43.187	53.984	64.781	32.390	21.594
Empréstimos e financiamentos	(294.993)	(27.287)	(34.109)	(40.931)	(20.465)	(13.644)
Debêntures	(528.785)	(48.913)	(61.141)	(73.370)	(36.685)	(24.457)

Valor justo

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto do Grupo em 31 de dezembro de 2021, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias. A metodologia e premissa utilizada para cálculo estão descritas na NE 5. Principais políticas contábeis tópico “n. Instrumentos financeiros”.

Derivativo	Valor Principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo	Contraparte	
Hedge	-	126.505	Comprado	1.082	31/12/2022	ABC
Hedge	-	410.427	Comprado	6.281	31/12/2022	Bradesco
Hedge	-	122.795	Comprado	4.247	31/12/2022	BTG
Hedge	-	185.847	Comprado	8.559	31/12/2022	Itaú
Hedge	-	165.160	Comprado	2.417	31/12/2022	Safra
				-		
Hedge	-	40.627	Comprado	183	31/12/2022	Santander
Hedge	-	92.545	Comprado	900	31/12/2022	Votorantim
Hedge	-	40.600	Vendido	579	31/12/2022	Bradesco
Hedge	-	11.541	Vendido	18	31/12/2022	BTG
Hedge	-	27.661	Vendido	538	31/12/2022	Safra
Hedge	-	33.736	Vendido	201	31/12/2022	Votorantim
	-	1.030.368		24.639		

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos

valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo da nota explicativa 21.

Ativos	31/12/2021		
	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e equivalentes de caixa	82.456	-	82.456
Aplicações financeiras	466.891	466.891	-
Derivativos	29.259	29.259	-
Contas a receber	1.301.071	-	1.301.071
Outras contas a receber	84.279	-	84.279
	1.963.956	496.150	1.467.806
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	294.993	-	339.259
Derivativos	4.617	4.617	-
Debêntures	528.785	-	648.483
Arrendamentos	1.490.661	-	1.490.661
Fornecedores	914.294	-	914.294
Impostos parcelados	151.746	-	151.746
	3.385.096	4.617	3.544.443

Ativos	31/12/2020		
	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e equivalentes de caixa	365.847	-	365.847
Aplicações financeiras	148.448	148.448	-
Derivativos	11.580	11.580	-
Contas a receber	948.428	-	948.428
Outras contas a receber	146.673	-	146.673
	1.620.976	160.028	1.460.948
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.125	-	372.125
Derivativos	-	-	-
Debêntures	226.762	-	226.762
Arrendamentos	1.226.399	-	1.226.399
Fornecedores	654.813	-	654.813
Impostos parcelados	156.551	-	156.551
	2.636.650	-	2.636.650

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial do Grupo, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2021.

Ativo	31/12/2021	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	82.456	-	82.456
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	466.891	-	466.891
Derivativos	29.259	-	29.259
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	294.993	-	294.993
Debêntures	528.785	-	528.785
Derivativos	4.617	-	4.617

A apresentação dos saldos em 31 de dezembro de 2020:

Ativo	31/12/2020 (Reapresentado)	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	365.847	365.847	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	148.448	-	148.448
Derivativos	11.580	-	11.580
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.125	-	372.125
Debêntures	226.762	-	226.762

Análise de sensibilidade das premissas

As atividades do Grupo a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas do Grupo. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

Os empréstimos captados às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz do Grupo é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis ao CDI. Visando minimizar riscos, o Grupo tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros.

O Grupo está exposto a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

O Grupo mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

O saldo da rubrica “contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Basicamente, 90% do recebíveis do Grupo é decorrente de operações com cartão de crédito em R\$ 1.144.638 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 804.502 em 31 de dezembro de 2020).

34. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos	R\$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 8.000.000
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 288.500
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 55.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R\$ 600.000

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Bônus de subscrição OneFan

Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou ao mercado o investimento na Onefan Ativos Digitais S.A. A Onefan é uma sociedade que explora, dentre outras atividades, o negócio de criação e exploração de ativos digitais para o engajamento de fãs e torcedores de entidades desportivas. O investimento se deu por meio da aquisição, pela Companhia, de um bônus de subscrição de ações correspondentes a 30% (trinta por cento) do capital social da Onefan. O bônus de subscrição de ações foi integralmente liquidado em caixa no valor de R\$ R\$ 7.250 mil.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Cristiane Silva
CRC 1SP 266056/O-4

RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria da Grupo SBF S.A. (“Companhia”) foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 (“Comitê”).

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 3 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”) e na legislação em vigor (“Regimento Interno”).

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiros.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação dos resultados trimestral, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social.

3. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras do exercício social em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 25 de março de 2022

Membros

Luiz Alberto Quinta
Luiz Carlos Nannini
Pedro Wagner Pereira Coelho



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente Diretor Administrativo, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua conclusão nesta data.

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI.

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 28 de março de 2022

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Gustavo de Lima Furtado – Diretor de Clientes

Olivia Gryscek - Diretor de Gente e Gestão

Thiago Rebelo - Diretor de Operações

Mauricio Nogueira – Diretor de Supply Chain

Marcel de Araújo Viana – Diretor de Inovação e Tecnologia

